

< EDUCAÇÃO JÁ >

INICIATIVA EDUCAÇÃO JÁ
NAS ELEIÇÕES 2026

DOIS MOVIMENTOS, UMA SÓ AGENDA

CONTINUIDADES E MUDANÇAS
PARA CONSOLIDAR UM PROJETO
SISTÊMICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA
EM PROL DA APRENDIZAGEM

ABRIL — 2026

20
anos



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

GRUPO QUE COLABOROU, EM CARÁTER CONSULTIVO, COM A CONSTRUÇÃO DESTE DOCUMENTO:

ALEXANDRE SCHNEIDER
Professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-Secretário Estadual de Educação de Pernambuco e Municipal de São Paulo/SP

CLAUDIA COSTIN
Presidente do Instituto Salto, ex-Diretora Global de Educação do Banco Mundial, e ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro/RJ

ALEXSANDRO SANTOS
Subsecretário da Política Nacional Integrada da Primeira Infância do Ministério da Educação e ex-Diretor na SEB/MEC

DIEGO CALEGARI
Secretário Municipal de Educação de Joinville/SC

ELIANE CAVALLEIRO
Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília e Diretora Pedagógica do Instituto Cultural Steve Biko

ANNA HELENA ALTENFELDER
Presidente do Conselho de Administração do Cenpec

BINHO MARQUES
Consultor, ex-Governador do Acre pelo PT e ex-Secretário de Educação de Rio Branco/AC e do Acre

ÉLIDA GRAZIANE
Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo

FÁTIMA GAVIOLI
Secretária Estadual de Educação de Goiás e ex-Secretária de Educação de Rondônia

CARLOS ABICALIL
Assessor Parlamentar, ex-Secretário da Sase/MEC, ex-Deputado Federal (PT/MT) e ex-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE)

FELIPE MICHEL BRAGA
Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)

CECÍLIA CRUZ
Secretária Municipal de Educação de Recife/PE

FERNANDO LUIZ ABRUCIO
Professor de Administração Pública da FGV

CESAR CALEGARI
Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), ex-Secretário da SEB/MEC e ex-Secretário de Educação de São Paulo/SP

FERNANDO PADULA
Secretário Municipal de Educação de São Paulo/SP

CEZAR MIOLA
Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e Vice-presidente da Atricon



FREDERICO AMÂNCIO
Diretor de Parcerias Institucionais da Motriz e ex-Secretário Estadual de Educação de Pernambuco e Municipal em Recife/PE

HAROLDO ROCHA
Diretor-geral do CIEB e ex-Secretário Estadual de Educação do Espírito Santo

JÚLIA SANT'ANNA
Diretora-executiva do CIEB e ex-Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais

LINA KATIA
Diretora do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da CAEd/UFJF

JULIANA ROHSNER
Secretária Municipal de Educação de Vitória/ES

LUCIA DELLAGNELO
Diretora Adjunta de Educação e Competências da OCDE

KÁTIA SCHWEICKARDT
Secretária de Educação Básica do MEC e ex-Secretária Municipal de Educação de Manaus/AM

LUIZ MIGUEL GARCIA
Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

GIOVANNI ROCHA
Pesquisador e Co-Fundador da Mahin Consultoria Antirracista

IARA VIANA
Gerente de Políticas Públicas e Responsabilidade Social do Instituto Natura e ex-Gestora na Secretaria de Educação de Minas Gerais

KATIA SMOLE
Diretora-executiva do Instituto Reúna e ex-Secretária de Educação Básica do MEC

MANUEL PALACIOS
Presidente do Inep e ex-Secretário de Educação Básica do MEC

GIVÂNIA SILVA
Conselheira do CNE e fundadora da Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas)

JAIR RIBEIRO
Presidente da Parceiros da Educação e membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo

LEONARDO PASCOAL
Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre/RS e ex-Prefeito de Esteio/RS pelo PL

MARIA HELENA GUIMARÃES
Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, ex-Secretária Executiva do MEC, ex-Presidente do Inep e ex-Secretária Estadual de Educação de São Paulo e do Distrito Federal

GREGÓRIO GRISA
Secretário da Sase/MEC e professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul

JOSÉ FRANCISCO SOARES
Professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-Presidente do Inep

GUILHERME LICHAND
Professor assistente de Educação na Universidade de Stanford

JOSÉ HENRIQUE PAIM
Diretor da FGV DGPE e ex-Ministro da Educação



FOTOS DO ENCONTRO TÉCNICO REALIZADO COM O GRUPO NO DIA 09/03/2026

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUE TAMBÉM COLABORARAM:

CENTRO LEMANN DE LIDERANÇA PARA EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

CIEB – CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

FUNDAÇÃO BRACELL

FUNDAÇÃO ITAÚ PARA EDUCAÇÃO E CULTURA

FUNDAÇÃO LEMANN

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO

IEDE – INTERDISCIPLINARIDADE E EVIDÊNCIAS NO DEBATE EDUCACIONAL

IMAGINABLE FUTURES

INSTITUTO AYRTON SENNA

INSTITUTO DACOR

INSTITUTO NATURA

INSTITUTO REÚNA

INSTITUTO RODRIGO MENDES

INSTITUTO SONHO GRANDE

INSTITUTO UNIBANCO

MOTRIZ

MOVIMENTO PELA BASE

PROFISSÃO DOCENTE

MARIA LUIZA SUSSEKIND
Professora da Faculdade de Educação da Unirio e integrante da Anped

MARIO GHIO
Presidente do Instituto Alfa e Beto

MARIZA ABREU
Consultora e ex-Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

MENDONÇA FILHO
Deputado Federal (PL/PE) e ex-Ministro da Educação

MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira no IEA (USP/RP) e ex-Secretário Estadual de Educação de Pernambuco

PAULA LOUZANO
Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Diego Portales e ex-Professora da Faculdade de Educação da USP

PRISCILLA BACALHAU
Consultora de impacto social e colunista da Folha de São Paulo

RAFAEL BRITO
Deputado Federal (MDB/AL) e ex-Secretário Estadual de Educação de Alagoas

RENAN FERREIRINHA
Secretário Municipal de Educação do Rio de Janeiro e Deputado Federal Licenciado (PSD/RJ)

RENATO FEDER
Secretário Estadual de Educação de São Paulo e ex-Secretário de Educação do Paraná

RENATO PEDROSA
Professor da Unicamp e membro notório saber da Conaes/MEC

RICARDO HENRIQUES
Superintendente Executivo do Instituto Unibanco e ex-Secretário da Secadi/MEC

RITA POTYGUARA
Diretora da Flacso Brasil e ex-Diretora de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais no MEC

RODRIGO HÜBNER MENDES
Superintendente do Instituto Rodrigo Mendes

RONI MIRANDA
Secretário Estadual de Educação do Paraná

ROSSIELI SOARES
Secretário Estadual de Educação de Minas Gerais, ex-Ministro da Educação e ex-Secretário Estadual de Educação do Amazonas, Pará e São Paulo

SIMON SCHWARTZMAN
Professor aposentado da UFMG e ex-Presidente do IBGE

TABATA AMARAL
Deputada Federal (PSB/SP)

TELMA VINHA
Professora da Faculdade de Educação da Unicamp

TERESA LEITÃO
Senadora Federal (PT/PE)

THIAGO PEIXOTO
Secretário Municipal de Educação de Florianópolis/SC. Ex-Secretário Estadual de Educação de Goiás

VEVEU ARRUDA
Diretor Presidente da Associação Bem Comum. Ex-Prefeito de Sobral/CE pelo PT

VITOR DE ANGELO
Secretário Estadual de Educação do Espírito Santo

ZARA FIGUEIREDO
Secretária da Secadi/MEC. Professora do Departamento de Educação na Universidade Federal de Ouro Preto (MG)

PARTE 1

A Educação nas eleições 2026 – um olhar para a próxima década

5

Cada criança que entra em uma escola carrega consigo sonhos e possibilidades de futuro que serão profundamente moldados pelas experiências que ali vivencia. É na escola que horizontes se ampliam, talentos são desenvolvidos, projetos de vida começam a ganhar forma e direitos se materializam. Quando a educação cumpre plenamente seu papel, ela permite que, no começo da vida adulta, esses estudantes estejam em pontos de partida muito superiores e pouco distantes entre si, abrindo caminhos que muitas vezes pareciam inalcançáveis.

A educação é também decisiva para os caminhos de um país. Sociedades que conseguem garantir educação de qualidade para todos¹ ampliam sua capacidade de prosperar e reduzir desigualdades. A educação fortalece a democracia, contribui para reduzir a violência e a pobreza, melhora indicadores de saúde e impulsiona a produtividade e o desenvolvimento econômico. Não resolve tudo – mas, sem ela, nada se resolve. Em poucas áreas da política pública os efeitos são tão amplos e duradouros quanto na educação. No caso brasileiro, a possibilidade de transformar estruturalmente os rumos do desenvolvimento passa, inevitavelmente, pela educação.

Essa lógica ganha ainda mais força no contexto internacional: em um mundo cada vez mais complexo e imprevisível, marcado por transformações tecnológicas profundas, fortemente impulsionadas pela inteligência artificial, é na educação que se definem as condições para que indivíduos e países não apenas acompanhem as mudanças, mas sejam capazes de moldá-las. É pela educação que se decide quem será protagonista e quem ficará para trás. Por isso, no Brasil, a ideia de um “salto” na qualidade da educação deixa de ser apenas uma aspiração e se impõe como uma exigência incontornável.

Diante do momento atual brasileiro e do contexto global, a ideia de um salto na qualidade da educação deixa de ser uma aspiração e se impõe como uma exigência incontornável.

¹ O Todos Pela Educação adota uma concepção de qualidade educacional indissociável da equidade. Assim, ao longo deste documento, o termo “educação de qualidade” pressupõe a garantia de oportunidades e resultados educacionais equitativos.

Não é novidade, no entanto, que a educação do Brasil ainda enfrenta desafios profundos, especialmente no campo da aprendizagem e na superação de desigualdades históricas, marcadas particularmente por diferenças com recortes étnico-raciais, de deficiência e socioeconômicos. Mas é importante reconhecer que, pós-Constituição Federal de 1988, o país promoveu avanços e construiu bases relevantes. Hoje, praticamente todas as crianças e jovens em idade de escolarização obrigatória têm acesso à escola, condição que parecia inalcançável no início da década de 1990. Além disso, o sistema educacional brasileiro dispõe atualmente de inúmeras políticas estruturantes já consolidadas e acumula experiências bem-sucedidas em diferentes estados e municípios, que demonstram que é possível avançar na qualidade da educação pública.

Temos hoje boa parte das bases estruturais e acumulamos referências subnacionais consistentes. Por isso, embora ainda haja muito trabalho pela frente, o Brasil está mais perto do que nunca de dar o tão necessário salto na qualidade de sua Educação Básica.

Se há dúvidas quanto aos objetivos específicos que a educação deve perseguir, a Constituição Federal é clara e precisa. O artigo 205 acerta ao estabelecer, de forma inequívoca, que é necessário avançar rumo a uma educação que garanta o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Uma educação que assegure aprendizagens significativas para que crianças e jovens possam viver, participar e prosperar em uma sociedade cada vez mais complexa e em transformação.

É justamente diante desse desafio e de oportunidades reais de avanços significativos que o debate público sobre os rumos da educação brasileira ganha relevância no presente momento. Como todo ano de eleições presidenciais, 2026 abre uma janela para discutir as prioridades educacionais do país e os caminhos a serem seguidos no próximo ciclo político. E o atual momento tem um caráter extraordinário que lhe dá particular importância e traz uma expectativa ainda maior: o período 2027–2030 coincidirá com o início de vigência do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que foi aprovado no Congresso Nacional em março de 2026.

O atual momento tem um caráter extraordinário que lhe dá particular importância e traz uma expectativa ainda maior: o período 2027–2030 coincidirá com o início de vigência do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

As metas finalísticas do PNE para 2035 são bastante ambiciosas, como a tabela a seguir ajuda a ilustrar²:

TABELA 1: EXEMPLOS DE METAS FINALÍSTICAS DO PNE PARA 2035

META DO PNE PARA 2035	INDICADOR ATUAL
Expandir o atendimento em Creches para 60% das crianças de 0 a 3 anos	39%
Universalizar a Pré-Escola (4 a 5 anos)	92%
Assegurar que 100% das crianças estejam alfabetizadas e alcancem o nível adequado de Matemática ao final do 2º ano do Ensino Fundamental	66% de crianças alfabetizadas
Garantir que pelo menos 90% dos estudantes concluam o Ensino Médio na idade regular	74%
Assegurar, ao fim de cada etapa, que nenhum estudante esteja no nível abaixo do básico de aprendizagem	24% (Anos Iniciais) 34% (Anos Finais) 59% (Ensino Médio)
Assegurar que ao menos 90% dos estudantes alcancem o nível adequado de aprendizagem ao fim dos Anos Iniciais (5º ano), com redução das desigualdades entre diferentes grupos	43%
Assegurar que ao menos 85% dos estudantes alcancem o nível adequado de aprendizagem ao fim dos Anos Finais (9º ano), com redução das desigualdades entre diferentes grupos	18%
Assegurar que ao menos 80% dos estudantes alcancem o nível adequado de aprendizagem ao fim do Ensino Médio, com redução das desigualdades entre diferentes grupos	8%

² As fontes dos dados apresentados são, respectivamente: o cruzamento de dados do Censo Escolar 2025 e as estimativas populacionais disponíveis no DataSus; o Indicador Criança Alfabetizada 2025; A Pnad-Contínua 2024; e as avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2023.

Com a definição dos objetivos que devem orientar a educação brasileira ao longo da próxima década, o desafio central passa a ser o de articular políticas educacionais capazes de convertê-los em avanços concretos. Nesse sentido, as escolhas a serem feitas no quadriênio 2027–2030 terão papel determinante. Elas poderão tanto alavancar quanto comprometer as bases para avanços sustentáveis na qualidade educacional ao longo dos dez anos de vigência do plano nacional.

É nesse contexto que o presente documento apresenta as primeiras contribuições do Todos Pela Educação ao debate público sobre os rumos da educação no Brasil, à luz das eleições nacionais de 2026. Para além de qualificar esse debate, ele também oferece subsídios às equipes das campanhas dos candidatos à Presidência da República que formularão propostas para a educação no período 2027-2030 considerando também o papel central do Congresso Nacional na formulação, aperfeiçoamento e aprovação do arcabouço legal e orçamentário que viabiliza essas políticas. Na Parte 2, ele apresenta um panorama sintético da situação atual da Educação Básica. A partir disso, na Parte 3, organiza uma visão para as políticas educacionais nacionais, apresentada em cinco grandes mensagens. De forma conjunta, elas trazem a ideia central de que a efetivação do salto na qualidade da educação depende da consolidação de uma agenda sistêmica para a Educação Básica, que combine dois movimentos: continuidade para o que aponta na direção correta, e mudança do que limita o avanço. A Parte 4, última seção deste documento, apresenta algumas importantes considerações finais.

A efetivação do salto na qualidade da educação depende da consolidação de uma agenda sistêmica para a Educação Básica, que combine dois movimentos: continuidade para o que aponta na direção correta e mudança do que limita o avanço.

A AMBIÇÃO DA AGENDA

As metas estabelecidas no novo Plano Nacional de Educação expressam a transformação que o país deve perseguir na próxima década. A partir delas, é necessário também refletir sobre o lugar que o Brasil pode ocupar no cenário educacional internacional.

É comum que propostas de agenda educacional como a que este documento traz estabeleçam suas referências a partir de rankings globais, como o Pisa, da OCDE. Esses instrumentos têm grande mérito e oferecem parâmetros relevantes, mas comparações diretas frequentemente desconsideram fatores estruturais, como renda per capita, dimensão territorial e os níveis de diversidade e desigualdade de cada país. Como resultado, podem induzir expectativas pouco realistas.

Por isso, ao tratar de referências internacionais, e observando as metas do novo PNE, o salto de qualidade aqui proposto combina ambição elevada com aderência ao contexto nacional. Em um horizonte de uma década, o objetivo é claro: posicionar o Brasil como uma referência global em educação entre países de grande escala, de renda média e marcados por alta diversidade e desigualdade. Mais

do que melhorar indicadores, trata-se de uma mudança de patamar: passar a integrar o grupo de sistemas educacionais que se destacam no mundo, conseguindo avançar na garantia da aprendizagem com equidade a partir de suas próprias realidades.

O Brasil pode – e deve – se tornar uma referência global em educação entre países de grande escala, de renda média e marcados por alta diversidade e desigualdade. Essa é a ambição desta agenda.

Essa aspiração é ambiciosa, mas certamente alcançável. Para isso, é necessário o compromisso com a manutenção de políticas que vêm demonstrando resultados e a adoção de inovações que nos coloquem no rumo de seu alcance.

9

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO

A elaboração deste documento envolveu um amplo processo de escuta, que contou com a participação de 60 atores de alta relevância no debate educacional brasileiro, em um grupo plural, com diferentes visões e trajetórias educacionais, composto por atuais e ex-gestores públicos das três esferas federativas, especialistas, professores, parlamentares e lideranças da sociedade civil. Essas pessoas estão listadas nas páginas 3 e 4.

Ainda que haja razoável convergência entre os participantes do grupo de escuta em diversos temas aqui abordados – inclusive entre pessoas com trajetórias e posições políticas distintas – esta produção não pretende sistematizar a totalidade das contribuições nem se limitar aos consensos ali estabelecidos. Trata-se de um documento que:

- (i) informa-se a partir de uma escuta ampla, reconhecendo que é da pluralidade de perspectivas que se amplia o repertório e se qualifica o pensamento do Todos Pela Educação, especialmente ao construir uma visão abrangente, capaz de articular múltiplos temas em uma agenda coerente e integrada;
- (ii) ancora-se nas melhores evidências científicas disponíveis, em pesquisas de opinião representativas com professores e estudantes e em experiências bem-sucedidas, especialmente no Brasil, ainda que, por se tratar de um documento voltado ao debate público e eleitoral, não adote o formato acadêmico tradicional, com citações e referências formais;

- (iii) dialoga com as ideias e o conjunto de propostas apresentados pelo Todos Pela Educação nas eleições anteriores e ao longo dos últimos anos (Educação Já 2018 e Educação Já 2022), trazendo agora uma visão renovada de agenda para a Educação Básica em escala nacional.

O Todos Pela Educação assume integral responsabilidade pelo conteúdo aqui apresentado, não atribuindo aos participantes da escuta qualquer associação às posições expressas neste documento.

A elaboração deste documento envolveu um amplo processo de escuta. Isso porque é da pluralidade de perspectivas que se amplia o repertório e se qualifica o pensamento do Todos Pela Educação, especialmente ao construir uma visão abrangente, capaz de articular múltiplos temas em uma agenda coerente e integrada.

Por fim, ressalta-se que este documento constitui a primeira contribuição do Todos Pela Educação ao debate eleitoral nacional de 2026. Seu objetivo é apresentar uma visão estratégica e orientadora para a política educacional, sem a pretensão de esgotar os temas aqui tratados, que serão aprofundados em documentos a serem divulgados na sequência. Serão lançados após as eleições, para contribuir com o debate público e com a próxima gestão:

- O documento “Agenda Educação Já - 2026”, que apresentará com mais detalhes as políticas educacionais da agenda nacional sistêmica que aqui será defendida;
- Documentos aprofundados com propostas concretas para as diversas políticas educacionais que serão apresentadas na agenda sistêmica.

Com isso, buscamos apoiar tecnicamente as lideranças responsáveis pelas decisões e prioridades educacionais da gestão nacional no ciclo 2027–2030.

PARTE 2

Ponto de partida: a situação atual da Educação Básica Brasileira

11

Analisar o momento atual da Educação Básica exige ir além de uma fotografia do presente e compreender sua trajetória recente. Como este documento propõe uma visão para a próxima década, adota também um olhar retrospectivo sobre os dez anos anteriores, que coincidem com a vigência do último PNE (2014–2025)³.

Uma análise sóbria desse período indica que, do ponto de vista nacional, a última década não foi marcada nem por retrocessos generalizados nem por avanços consistentes. Houve progressos, com manutenção e aprimoramentos em algumas políticas, intercalados por períodos mais críticos. A última década também trouxe novos marcos estruturantes, que se somaram a pilares mais estabelecidos do arcabouço de políticas educacionais nacionais.

Uma análise sóbria indica que, do ponto de vista nacional, a última década não foi marcada nem por retrocessos generalizados nem por avanços consistentes. Houve progressos, com manutenção e aprimoramentos em algumas políticas, intercalados por períodos mais críticos.

³ A análise dos últimos anos aqui apresentada não está centrada nas metas do último PNE (2014-2025). Para um status detalhado do cumprimento de cada meta, sugere-se consultar o Balanço Técnico do Plano Nacional de Educação, divulgado em dezembro de 2025 pelo Inep.

Muitas dessas medidas mais antigas, que seguem vigentes, foram instituídas nas décadas de 1990 e 2000, como o Saeb, o Ideb, o Enem⁴ e o Piso Nacional do Magistério. Entre os marcos mais relevantes da década mais recente, destacam-se a homologação e o início da implementação da Base Nacional Comum Curricular (2017/2018) e a aprovação do novo Fundeb (2020), que representa a terceira – e, até o momento, mais robusta – versão do principal mecanismo de financiamento da Educação Básica. Também merecem destaque as mudanças estruturais na arquitetura do Ensino Médio, a partir da reforma aprovada em 2017 e aprimorada em 2024, mas que ainda precisam ter sua implementação consolidada.

O período dos últimos 10 anos contou ainda com avanços na valorização salarial do magistério, nos critérios de seleção de gestores escolares, nas matrículas de tempo integral e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Ensino Médio, entre outros pontos relevantes da política educacional.

Também é importante destacar que, após o período mais desafiador da educação brasileira pós-Constituição Federal de 1988 – marcado pela combinação dos efeitos da pandemia com uma grande fragilidade na gestão e coordenação nacional da política educacional –, o diálogo federativo foi restabelecido a partir de 2023 e múltiplas políticas nacionais relevantes voltaram a ser formuladas com consistência. Essencialmente fruto do protagonismo da atual gestão do Ministério da Educação, em diálogo com uma atuação decisiva do Congresso Nacional – em especial da Frente Parlamentar Mista de Educação, que reúne parlamentares de diferentes espectros políticos em torno de uma agenda comum –, essas iniciativas constituem um ponto de partida relevante para os próximos anos.

Algumas dessas políticas, inclusive, já apresentam elevado potencial de se consolidarem como políticas de Estado, inseridas no arcabouço perene da política educacional brasileira. Nesse sentido, vale destacar o papel central que o Congresso tem desempenhado, como nos avanços recentes em relação ao programa Mais Professores e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ambos já aprovados em lei nacional. Também merece destaque a aprovação recente da Lei que institui o Sistema Nacional de Educação, com potencial de se tornar um marco estruturante na organização da governança da Educação Básica brasileira. Esse histórico evidencia a importância de uma articulação consistente entre Executivo e Legislativo para garantir continuidade, escala e sustentabilidade às políticas educacionais no país.

**O “copo” está longe de cheio, mas não está vazio.
A última década trouxe avanços, sobretudo nos
indicadores de acesso e permanência.**

4 Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica, que mede o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática nos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio; Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicador que combina resultados de aprendizagem e fluxo escolar; Enem: Exame Nacional do Ensino Médio, utilizado para avaliação dos concluintes da etapa e acesso ao Ensino Superior.

Do ponto de vista dos indicadores finalísticos, o país ampliou o acesso à Educação Infantil⁵ e registrou avanços na trajetória escolar, com redução da distorção idade-série⁶ e aumento das taxas de conclusão na idade adequada⁷. De modo semelhante, os resultados em alfabetização começam a mostrar crescimento⁸. Entretanto, a expectativa em relação à próxima década deve ser ainda mais alta, pois ainda há muito a ser feito.

É na aprendizagem que o “copo” revela seu maior vazio. O país ainda não conseguiu enfrentar seu principal desafio: elevar significativamente as aprendizagens dos estudantes.

13

Diferentemente dos primeiros anos do século XXI, marcados por avanços relevantes na proficiência, especialmente no Ensino Fundamental, os últimos anos registraram estagnação ou progressos muito tímidos na aprendizagem. A perda de ritmo já era perceptível antes da pandemia, que aprofundou o quadro, e apenas em 2025 o país deve retornar aos patamares pré-pandêmicos.

Esse cenário se reflete nos principais indicadores acompanhados pelo debate público. No Ideb, os avanços recentes decorreram sobretudo de melhorias no fluxo escolar, com pouca evolução nos indicadores de aprendizagem; no Pisa, o desempenho do Brasil permanece estagnado desde 2012 nas três áreas avaliadas.

Como exemplos ilustrativos desse quadro crítico, destaca-se que apenas 4,5% dos estudantes do Ensino Médio público concluem a etapa com níveis adequados de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática conjuntamente⁹. Já no Pisa 2022, exame realizado por estudantes de aproximadamente 15 anos, 73% dos alunos brasileiros registraram, em Matemática, desempenho abaixo do nível considerado pela OCDE como o mínimo para o pleno exercício da cidadania. Conforme ilustrado pelo gráfico a seguir, nesse indicador, o Brasil fica atrás de diversos países latino-americanos e distante da média dos países da OCDE (31%).

5 Na Creche, a taxa de atendimento cresceu de 27,6%, em 2016, para 38,7%, em 2025, permanecendo abaixo da meta de 50% estabelecida pelo último PNE (2014-2025). Na Pré-Escola, por sua vez, o acesso avançou de 85% para 91,6% no mesmo período. Fonte: MEC/Inep - Censo Escolar / IBGE - População Residente. Elaboração: Todos Pela Educação.

6 Na rede pública, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a distorção idade-série caiu de 30,6% em 2014 para 16,4% em 2025. No mesmo período, no Ensino Médio, a taxa foi de 31,3% para 17,6%. Fonte: Indicador de Distorção idade-série - Inep, 2025.

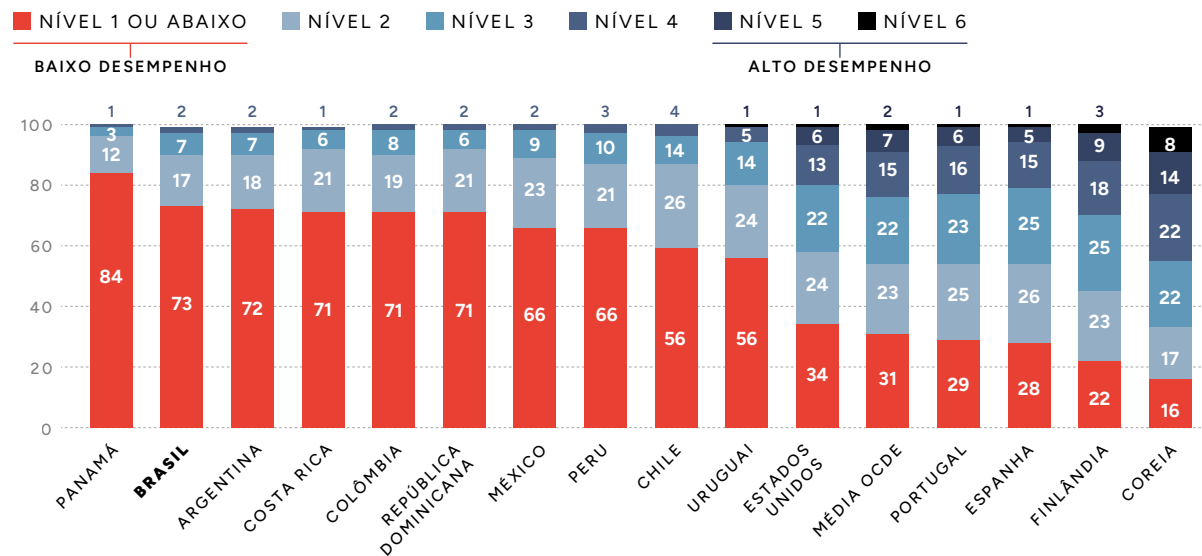
7 No Ensino Médio, a taxa de conclusão registrou avanço expressivo, partindo de 54,5% em 2015 para 74,3% em 2025. Fonte: Conclusão da Educação Básica: avanços e desigualdades da última década/Todos Pela Educação, 2025.

8 De acordo com o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), divulgado pelo Inep, o percentual de crianças alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental no país aumentou de 56% em 2023 para 66% em 2025, um avanço de 10 pontos percentuais no período. No entanto, cabe frisar que o indicador ainda mede um patamar bastante inicial de alfabetização e necessita de avanços metodológicos para se consolidar.

9 Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica/Todos Pela Educação, 2025.

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTUDANTES POR NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA NO PISA 2022 – PAÍSES SELECIONADOS (EM %)

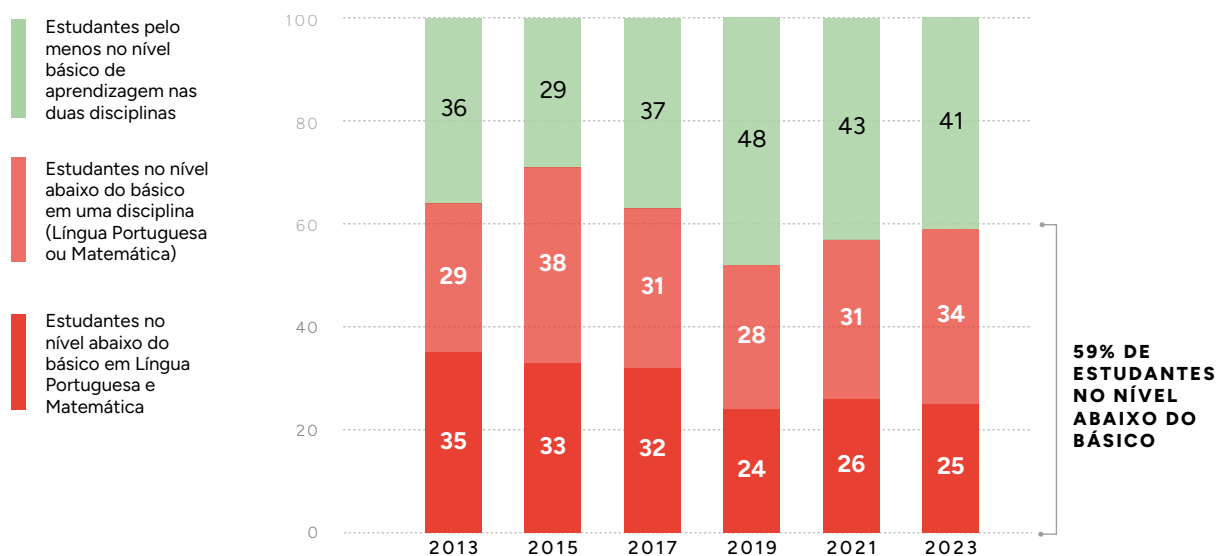
Fonte: Inep, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, PISA 2022. Resultados.



Do ponto de vista nacional, no Saeb, destaca-se o elevado – e persistente – número de estudantes nos níveis de aprendizagem considerados abaixo do básico, patamar que indica lacunas muito graves de aprendizagem. Em 2023, 59% dos alunos que concluíram o Ensino Médio estavam no patamar abaixo do básico em Língua Portuguesa ou Matemática¹⁰ – nível que é inferior ao que o estudante deveria saber ao fim do Ensino Fundamental. Importante notar que este valor é quase o mesmo de 2013 (64%), como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 2: PERCENTUAL DE ESTUDANTES DA 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO POR NÍVEL DE APRENDIZAGEM EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA (REDE TOTAL) (EM %)

Fonte: SAEB - Inep/MEC - Elaboração: Todos Pela Educação



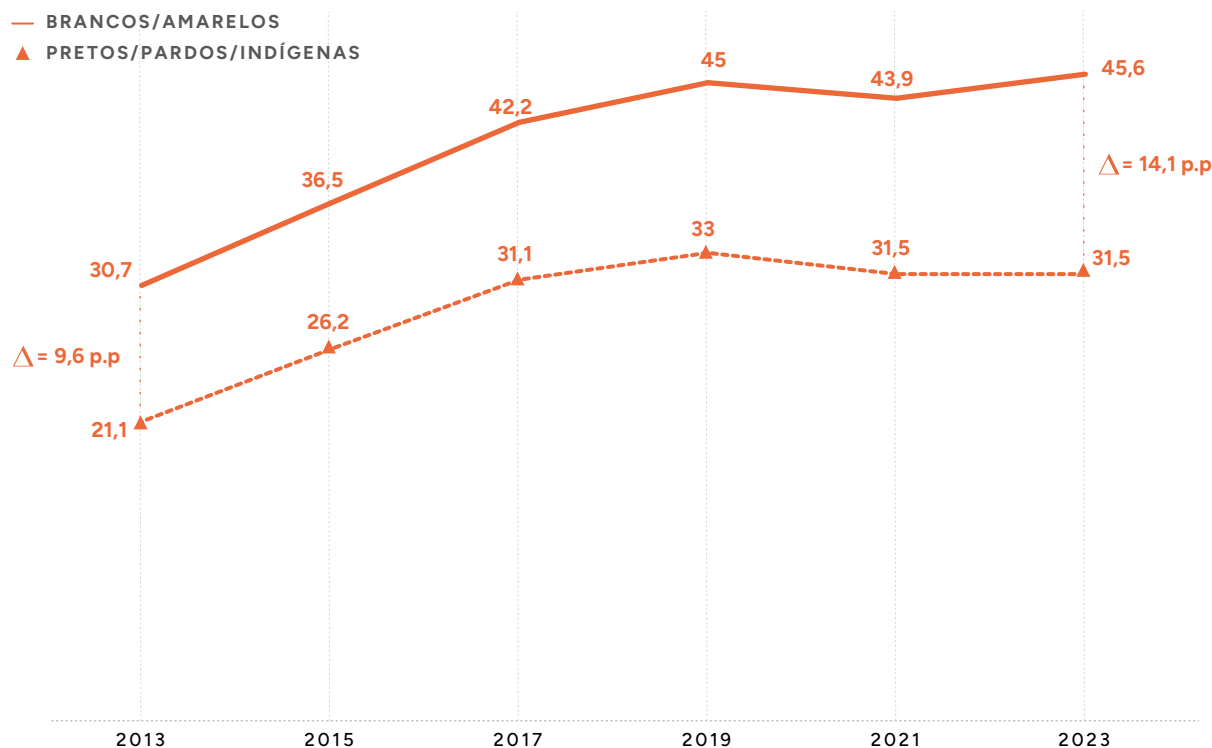
10 Fonte: Aprendizagem na Educação Básica: situação brasileira no pós pandemia/Todos Pela Educação, 2025.

Zerar o percentual de estudantes com aprendizagem abaixo do básico é uma meta inédita do novo PNE. Trata-se de uma escolha política clara: não é mais aceitável conviver com milhões de crianças e jovens nesse patamar.

Para além da estagnação dos resultados médios de aprendizagem, as desigualdades educacionais seguem como marca estrutural do sistema. Persistem diferenças profundas por raça/cor, nível socioeconômico e território. Entre 2013 e 2023, por exemplo, aumentou a desigualdade na aprendizagem entre os estudantes brancos e os estudantes negros e indígenas no Brasil, em praticamente todas as disciplinas e etapas¹¹. O gráfico abaixo ilustra esse cenário.

GRÁFICO 3: PORCENTAGEM DE ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM NÍVEL DE APRENDIZAGEM CONSIDERADO ADEQUADO EM LÍNGUA PORTUGUESA, POR RAÇA/COR – REDE PÚBLICA

Fonte: MEC/Inep/Saeb. Elaboração: Todos Pela Educação



11 Apenas em Matemática, no Ensino Médio, não houve ampliação das desigualdades. Essa disciplina nessa etapa é marcada por indicadores de aprendizagem em níveis muito baixos. Fonte: Aprendizagem na Educação Básica: situação brasileira no pós-pandemia/Todos Pela Educação, 2025.



Essas desigualdades refletem a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira e evidenciam que as políticas públicas existentes não têm sido capazes de garantir oportunidades educacionais equitativas desde a primeira infância até a conclusão da Educação Básica. Esse desafio se expressa também nas barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência e por aqueles atendidos em modalidades específicas muitas vezes invisibilizadas, como a Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar Quilombola. Quando as políticas educacionais são formuladas e implementadas com a finalidade de reduzir as desigualdades, deve haver, necessariamente, investimento e esforço maiores direcionados aos estudantes em contextos mais desfavoráveis.

Em síntese, embora a última década tenha registrado avanços relevantes em diferentes dimensões da política educacional, esses progressos têm sido insuficientes para alterar de forma consistente o quadro de baixa aprendizagem e profundas desigualdades que ainda caracteriza a Educação Básica brasileira. É preciso fazer muito mais para que o país consiga avançar na garantia do direito à educação de qualidade para todos. É a partir desse entendimento que se delineiam, na próxima seção, as recomendações de caminhos estratégicos para os próximos anos da Educação Básica.

PARTE 3

Uma visão renovada de longo prazo para a Educação Básica – e os caminhos estratégicos para 2027-2030

Diante do cenário descrito anteriormente, esta seção apresenta a visão do Todos Pela Educação para os caminhos da política educacional nos próximos anos. Parte de um diagnóstico realista dos desafios do país, mas também de uma convicção clara sobre as oportunidades à frente. O Brasil reúne hoje condições para dar o tão necessário salto na qualidade de sua educação. A visão aqui apresentada busca indicar, com clareza, recomendações de caminhos para que ele finalmente aconteça.

Os caminhos indicados são sintetizados em cinco grandes mensagens, que devem ser consideradas de forma integrada. Elas são apresentadas conjuntamente no quadro abaixo e exploradas individualmente na sequência.



Sem uma agenda sistêmica e articulada como ponto de partida, não há transformação. O país precisa estruturá-la com urgência, de modo a coordenar e mobilizar o conjunto de atores e esforços do sistema educacional brasileiro.



A agenda sistêmica não parte do zero. Um dos movimentos necessários é dar continuidade, fortalecendo políticas já em curso que apontam na direção correta.



Avançar sobre o que já existe é apenas parte do caminho. O outro movimento necessário requer mudanças mais profundas nas políticas vigentes e a incorporação de inovações à altura dos desafios contemporâneos.



Visão sistêmica não significa ausência de prioridades. Quatro temas precisam ganhar centralidade: (i) Políticas Docentes, com foco na Formação Inicial de Professores, (ii) Recomposição das Aprendizagens, (iii) Reestruturação das Avaliações Nacionais de Aprendizagem e (iv) Educação Integral em Tempo Integral.



Projeto sólido no papel é insuficiente. A efetivação da agenda exige recursos ampliados e mais bem geridos, uma nova governança da educação com aprimoramento do papel do MEC e um foco implacável na qualidade da implementação.

Sem uma agenda sistêmica e articulada como ponto de partida, não há transformação. O país precisa estruturá-la com urgência, de modo a coordenar e mobilizar o conjunto de atores e esforços do sistema educacional brasileiro.

O avanço para uma educação de qualidade – entendida, conforme já abordado, como incorporando a dimensão da equidade – exige a consolidação de uma agenda sistêmica e articulada para as políticas nacionais de Educação Básica.¹²

Uma agenda sistêmica e articulada pressupõe um olhar abrangente sobre as diferentes partes do sistema educacional, suas conexões e a própria estrutura federativa que organiza sua implementação. Trata-se de compreender o sistema como um conjunto de elementos interdependentes, em que mudanças em uma dimensão afetam outras e, portanto, precisam ser pensadas de forma integrada, considerando o todo e a diversidade de desafios existentes. Ao mesmo tempo, exige coordenação intencional entre políticas, etapas e atores, de modo que suas ações se reforcem mutuamente.

Quando essa perspectiva não está presente, os efeitos são conhecidos. Por exemplo, com uma agenda totalmente circunscrita a poucas prioridades, perdem-se de vista dimensões essenciais que, em última instância, fragilizam o avanço dessas próprias prioridades. Outro caso é a multiplicação de iniciativas de política pública sem articulação e coerência, que leva ao acúmulo de programas pouco conectados entre si, sobrecarrega as redes de ensino e as escolas e reduz a efetividade das políticas.

¹² Ainda que o novo PNE estabeleça metas para a totalidade do sistema educacional brasileiro, ele mantém a mesma estrutura dos planos anteriores, que carece de uma visão verdadeiramente sistêmica e articulada entre suas diferentes dimensões.

Assim, a agenda a ser consolidada deve ter por objetivo elencar um conjunto articulado de temáticas estruturais, explicitar as principais políticas em cada uma delas e estabelecer um sequenciamento claro para sua implementação. Ela precisa ser anunciada publicamente e amplamente conhecida pelos principais atores do sistema educacional, orientando decisões técnicas, políticas e orçamentárias.

Dado seu caráter estratégico e direcionador, a agenda precisa ganhar tração já no início do próximo mandato – e sua estruturação deveria ser uma das principais entregas dos primeiros 100 dias de gestão do Ministério da Educação. O protagonismo da próxima gestão do MEC na construção e explicitação dessa agenda é imperativo, dado que cabe ao órgão promover a coordenação da educação nacional. Com capital político impulsionado pelas urnas e um novo PNE já aprovado, o próximo Ministério da Educação terá uma oportunidade singular de acelerar o passo e sinalizar ao país um norte sistêmico, claro e coerente para os próximos anos – algo que, no passado recente, nenhum governo foi capaz de fazer.

Portanto, no contexto das eleições de 2026, é fundamental que esse debate – a ser conduzido pelas equipes técnicas dos candidatos à Presidência – seja priorizado, evitando a busca por soluções isoladas. E mais do que discutir essa agenda sistêmica à luz do calendário eleitoral, é essencial preparar as bases para sua efetivação já no início do mandato.

Como contribuição para essas discussões, o Todos Pela Educação apresenta aqui uma proposta de visão sistêmica e articulada para as políticas nacionais da Educação Básica. A proposta busca oferecer um referencial consistente e um ponto de partida qualificado para o debate, ao identificar os temas centrais que precisam avançar ao longo da próxima década. Esses temas são organizados em 5 eixos, resumidos na imagem a seguir e detalhados na sequência.

O Todos Pela Educação apresenta uma proposta de visão sistêmica e articulada para as políticas nacionais da Educação Básica, buscando oferecer um ponto de partida qualificado para o debate.

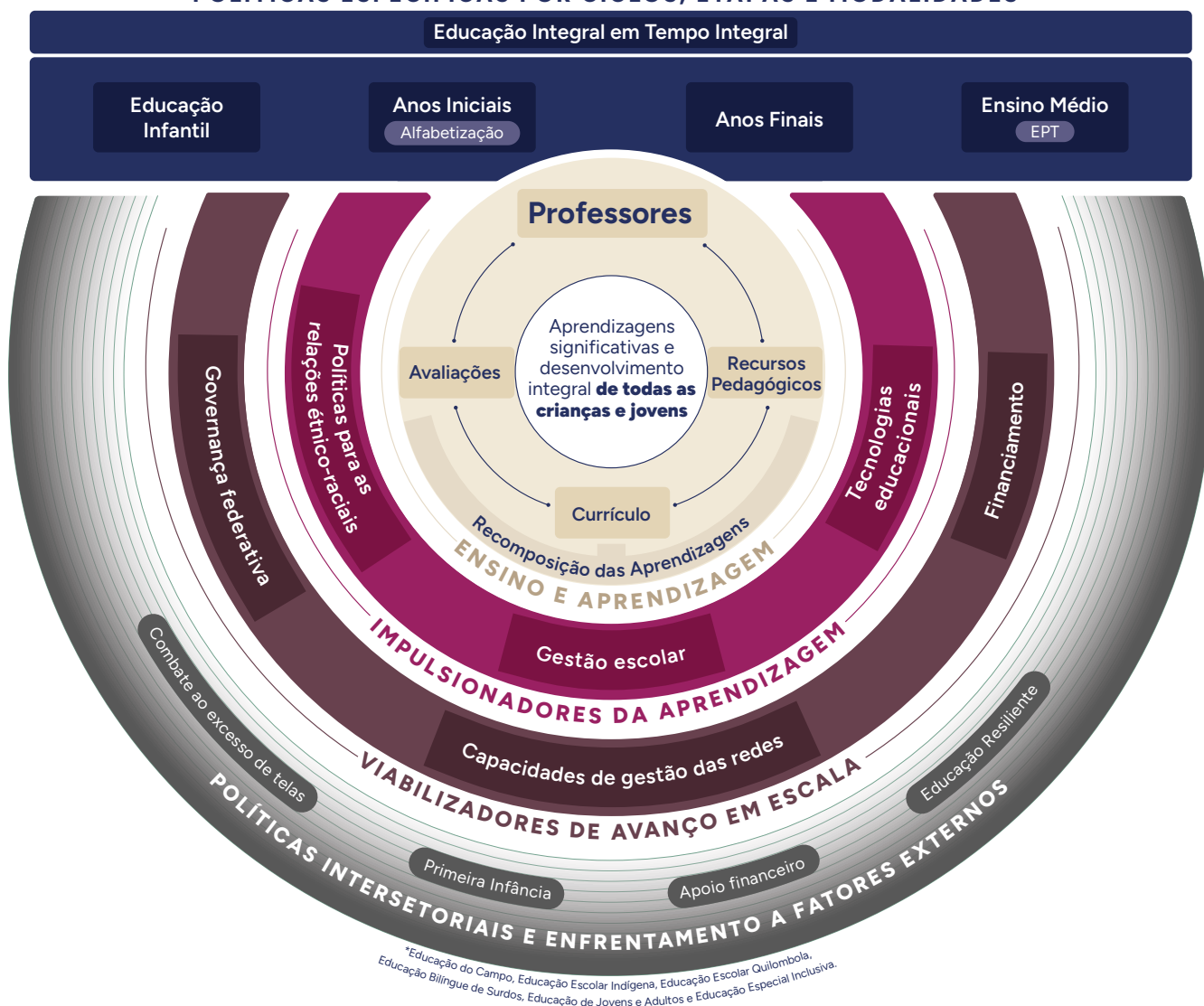
Visão sistêmica e articulada para as políticas nacionais da Educação Básica

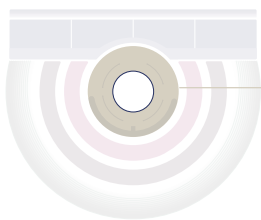
A figura apresenta uma visão sistêmica e articulada das políticas nacionais de Educação Básica, orientada por um único grande objetivo, destacado em seu centro: garantir aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens. Essa é a ambição que organiza e dá sentido ao conjunto de políticas e temáticas representadas na mandala.

21

Visão sistêmica e articulada para as políticas nacionais da Educação Básica

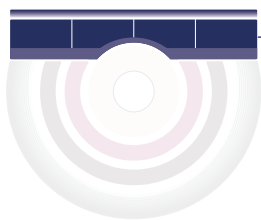
POLÍTICAS ESPECÍFICAS POR CICLOS, ETAPAS E MODALIDADES*



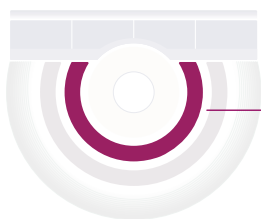


Circundando o grande objetivo, está o eixo de **Ensino e Aprendizagem** (em *off white/bege*), entendido como o núcleo central da agenda educacional. Ele reúne as políticas que incidem diretamente sobre a aprendizagem, com ênfase para a agenda de professores, articulada a currículo, avaliações, recursos pedagógicos e à recomposição das aprendizagens (elementos que precisam, necessariamente, estar coerentes entre si).

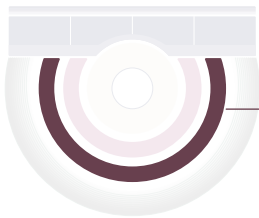
Para além deste núcleo, a figura traz um conjunto articulado de outros grandes temas que, em diferentes dimensões do sistema educacional, organizam e sustentam as condições para que as políticas de ensino e aprendizagem aconteçam.



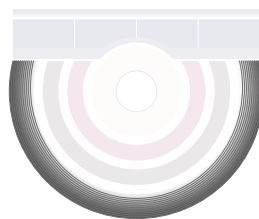
Na parte superior (na forma retangular e em azul escuro), estão as **Políticas Específicas por Ciclos, Etapas e Modalidades** da Educação Básica. Trata-se de políticas nacionais de indução, apoio técnico e financeiro que enfrentam desafios próprios de cada etapa e modalidade, reconhecendo suas especificidades e organizando respostas adequadas a cada fase da trajetória escolar. Nesse eixo, as políticas de educação integral em tempo integral aparecem como um elemento transversal às etapas (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e precisam avançar de forma consistente em toda a Educação Básica. As 6 modalidades consideradas aparecem na parte inferior da figura.



Também próximo ao eixo de ensino e aprendizagem encontram-se os **Impulsionadores da Aprendizagem** (em grená). São catalisadores do processo de ensino e aprendizagem, ampliando as condições para que o trabalho pedagógico produza resultados consistentes. Ali estão as políticas de fortalecimento da gestão escolar, de uso qualificado de tecnologias educacionais e as políticas específicas para a equidade étnico-racial.



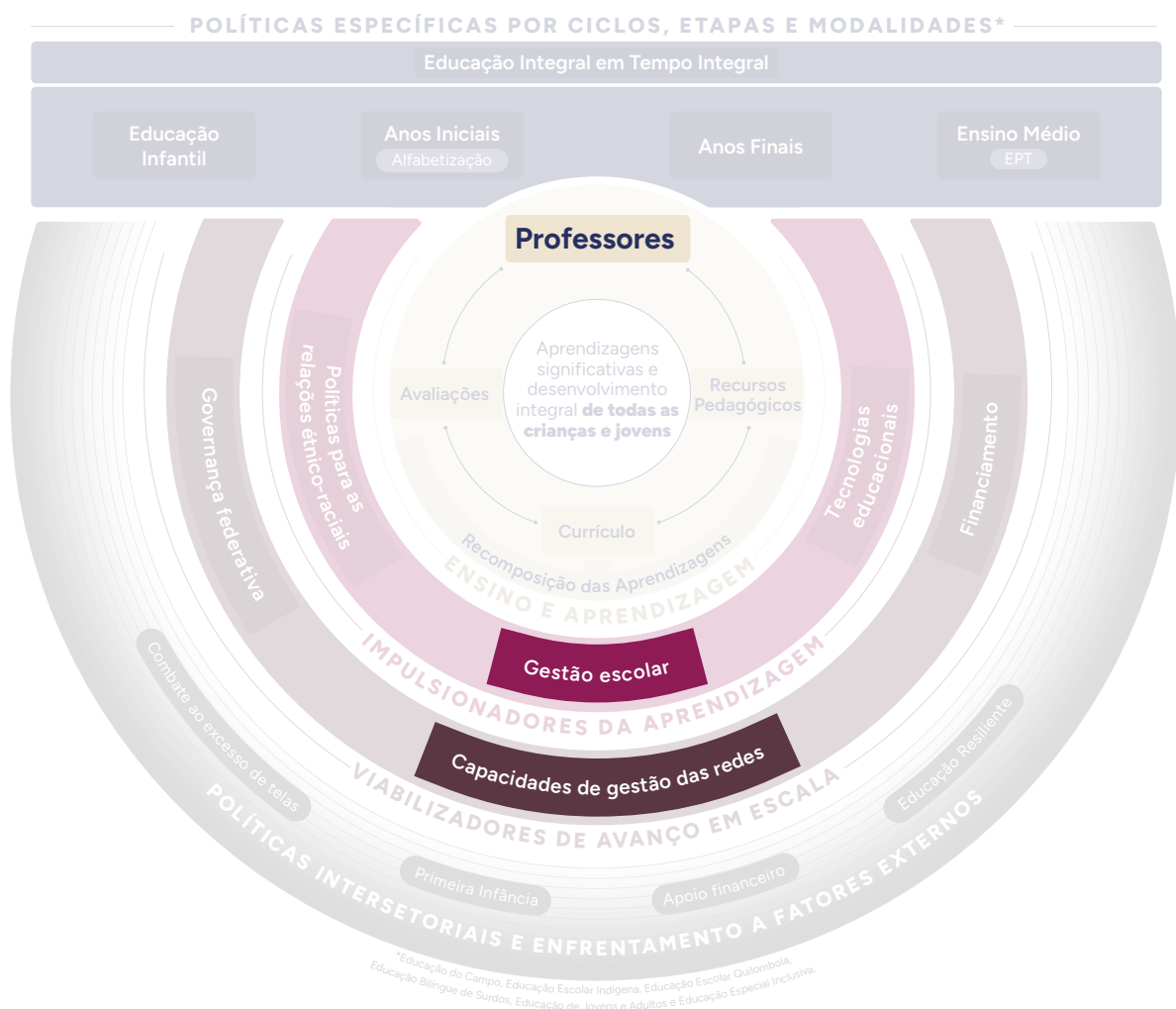
Na base do arranjo estão os **Viabilizadores de Avanço em Escala** (em marrom), que sustentam o funcionamento e a expansão dos demais eixos – financiamento, desenvolvimento de capacidades de gestão das redes e governança federativa – criando as condições estruturais para que as políticas centrais ganhem escala e reduzam desigualdades.



Por fim, em cinza, a figura destaca o papel das **Políticas Interseccionais** que impactam diretamente o acesso, a permanência e as aprendizagens dos estudantes, reconhecendo que muitos dos desafios existentes ultrapassam o campo estritamente educacional e exigem respostas articuladas entre diferentes áreas. Nesse sentido, a imagem evidencia algumas agendas prioritárias de atuação interseccional, como as políticas voltadas à primeira infância, iniciativas de combate ao uso excessivo de telas e redes sociais, estratégias para fortalecer a resiliência dos sistemas educacionais frente às crises climáticas e políticas de apoio financeiro aos estudantes em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica.

Um ponto importante de ser destacado na visão sistêmica apresentada é que, nos três eixos internos da figura (“Ensino e aprendizagem”; “Impulsionadores da aprendizagem” e “Viabilizadores de avanços em escala”), o elemento central das políticas educacionais referidas são as pessoas. Essa perspectiva reforça que a efetividade das políticas depende, em última instância, das pessoas que fazem a educação acontecer no cotidiano.

No cerne dessa visão sistêmica estão as pessoas: professores, equipes gestoras das escolas e profissionais das secretarias de Educação. Em última instância, o salto de qualidade depende delas. Educação se transforma com gente – sem isso, não há salto possível.



Isso envolve reconhecer a centralidade dos professores na sala de aula, bem como o papel decisivo das equipes gestoras das escolas e dos profissionais das secretarias de Educação. Valorizar, formar, apoiar e criar condições adequadas para a atuação desses atores é parte indissociável de qualquer agenda que pretenda produzir avanços consistentes e sustentáveis na aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes.

2

A agenda sistêmica não parte do zero. Um dos movimentos necessários é dar continuidade, fortalecendo políticas já em curso que apontam na direção correta.

A estruturação de uma agenda sistêmica e articulada para a próxima década deve partir do reconhecimento de que o país acumulou, nos últimos anos, um conjunto relevante de políticas nacionais que constituem base importante para avanços futuros. Nesse contexto, um dos movimentos centrais é consolidar políticas já bem estruturadas e que estão em curso, assegurando sua implementação consistente ao longo dos próximos anos.

Essa continuidade, no entanto, não se confunde com mera manutenção. Pressupõe aprimoramentos progressivos, orientados por evidências geradas em diálogo com gestores das redes e no processo de implementação, de modo que as políticas possam evoluir e ampliar seu impacto na aprendizagem e na equidade educacional.

EXEMPLOS DE POLÍTICAS QUE REQUEREM MAIOR COMPONENTE DE CONTINUIDADE

Entre as políticas que requerem forte componente de continuidade, destacamos alguns exemplos em cada eixo da visão sistêmica apresentada anteriormente:

Eixo Ensino e Aprendizagem

PROGRAMA MAIS PROFESSORES PARA O BRASIL: é um programa com ações integradas para promover a valorização e a qualificação do magistério da Educação Básica. Seu elemento que merece maior destaque é a **Prova Nacional Docente (PND)**, que é um exame anual realizado pelo governo federal com o objetivo de auxiliar estados e municípios a selecionarem professores para as suas redes. A PND, lançada em 2025, possui grande potencial para mudar de patamar o processo de ingresso dos docentes nas redes de ensino, tornando os concursos públicos mais frequentes, a seleção de temporários mais qualificada e ampliando o número de redes que usam provas práticas para selecionar professores. A primeira edição da PND contou com um grande número de inscritos e ampla adesão das redes de ensino, indicando que seu caminho é promissor.

Ainda no âmbito do Mais Professores, destaca-se o **Pé-de-Meia Licenciaturas**, que estabelece incentivos financeiros para atrair estudantes de alto desempenho no Enem para os cursos de licenciaturas e retê-los ao longo do curso, combatendo a sua evasão. Ele é um programa que também possui alto potencial, já começou a ser implementado, está previsto em lei, mas ainda precisa ser ampliado para ter mais impacto no futuro da Educação Básica.

Eixo de políticas específicas por ciclo, etapas e modalidades

COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA (CNCA): é uma política que busca induzir a organização de estratégias de alfabetização em regime de colaboração, com atuação articulada entre estados e municípios, impulsionando um movimento subnacional de políticas com essa natureza que já vinha se consolidando nos últimos anos, referenciado no caso de sucesso do Ceará. Atualmente, todas as Unidades da Federação já contam com uma política estadual de alfabetização, ainda que com estágios distintos de maturidade. É uma das políticas mais bem estruturadas e mais consolidadas da gestão 2023-2026 do MEC e, inclusive, já foi instituída em lei. Um avanço a ser destacado no CNCA é a criação do **Indicador Criança Alfabetizada (ICA)**, que permite acompanhar anualmente o percentual de crianças alfabetizadas em cada rede de ensino (embora o indicador ainda necessite de melhorias). Como já mencionado, de 2023 para 2025, o percentual de alunos alfabetizados no Brasil avançou, e o país atingiu a meta de crianças alfabetizadas em 2025, indicando que a política está indo na direção correta.

Eixo de impulsionadores da aprendizagem

ESTRATÉGIA NACIONAL DE ESCOLAS CONECTADAS (ENEC): é uma iniciativa do governo federal que articula políticas e ações para universalizar o acesso à internet de qualidade e garantir o uso pedagógico da tecnologia nas escolas públicas. Ela vem ampliando de forma considerável a conectividade das

escolas públicas, chegando, em 2026, a cerca de 70% delas com conectividade adequada para fins pedagógicos¹³. É fundamental dar continuidade a esse movimento. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a ENEC envolve outros cinco eixos importantes, que ainda precisam avançar de forma mais consistente, sobretudo onde os desafios de conectividade começam a ser superados.

POLÍTICA NACIONAL DE EQUIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA (PNEERQ): é uma política com o objetivo de implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nas escolas, bem como o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola. Sua primeira ação foi realizar um diagnóstico inédito sobre equidade étnico-racial nas redes. Também já introduziu uma série de ações de apoio e induções. A política é sistêmica e bem desenhada, mas sua implementação precisa ganhar mais força no cenário nacional, ampliando a capacidade de produzir efeitos mais consistentes na promoção da equidade.

Eixo de viabilizadores do avanço em escala

NOVO FUNDEB: instituído a partir da Emenda Constitucional nº 108/2020, o novo Fundeb vem ampliando o financiamento educacional, fortalecendo a redistribuição de recursos e incentivando melhorias na gestão educacional. É preciso dar continuidade, com constantes melhorias, à implementação do novo modelo, que ainda passa por ajustes. Vale destacar que há uma previsão constitucional de revisão do Fundeb para 2026, que possivelmente ficará para 2027.

Além disso, o novo Fundeb introduziu a obrigatoriedade de os estados implementarem o ICMS Educação, mecanismo de incentivo financeiro relevante para os municípios priorizarem politicamente a educação. Esse processo, inspirado na experiência implementada pelo Ceará em 2007, avançou e merece forte continuidade no próximo ciclo político, com particular atenção para a promoção de melhorias necessárias em diversas leis estaduais e para a sua adaptação à reforma tributária pela qual o país está passando.

Eixo de políticas intersetoriais

PÉ-DE-MEIA: é um programa de incentivo financeiro para estudantes matriculados no Ensino Médio público (incluindo a EJA) que estão no Cadastro Único. Ele busca promover a permanência e a conclusão escolar desses jovens. O Pé-de-Meia é um programa com potencial de impacto e alinhado às evidências existentes de políticas de incentivo para jovens com vulnerabilidade socioeconômica. Portanto, deve ser continuado enquanto política pública. No entanto, o desenho atual traz preocupações. A política

13 Fonte: Indicador Escolas Conectadas (Inec) do Ministério da Educação.

beneficia mais da metade (53,5%) dos jovens matriculados no Ensino Médio público¹⁴, alcance que contrasta com a taxa de evasão de 9,5% em 2021-2022 (último dado disponível) e a taxa de abandono de 3,5% em 2024. Além disso, em pesquisa representativa com jovens do Ensino Médio público, 8,2% deles afirmaram ter considerado abandonar a escola¹⁵. Esse descompasso sugere um problema relevante de focalização, com a política beneficiando, em larga medida, jovens que não se encontram em risco iminente de evasão. Ao mesmo tempo, envolve um volume expressivo de recursos orçamentários, o que tende a pressionar o financiamento de outras políticas educacionais estratégicas. Nesse sentido, o programa precisa ser revisto e aprimorado na próxima gestão.

Cabe destacar, ainda, que há outras políticas relevantes formuladas nos últimos anos, com avanços normativos e desenhos sistêmicos consistentes, que também demandam continuidade, ainda que com menor grau de maturidade e implementação quando comparadas às anteriormente destacadas. É o caso do **Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei)** e da **Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPi)**, que reforçam a necessidade de dar maior centralidade à agenda de Educação Infantil no país – tanto para avançar na ampliação do acesso, ainda não plenamente equacionado, quanto para qualificar a oferta. Atualmente não há indicador nacional de qualidade sobre a qualidade da oferta nessa etapa, mas há pesquisas amostrais robustas que apontam grandes desafios nessa dimensão¹⁶.

Também se inserem nesse conjunto o **Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens**, o **Compromisso Nacional Toda Matemática** e a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**, iniciativas que, embora mais recentes, apontam caminhos relevantes e demandam continuidade com esforços mais consistentes do governo federal para que as suas formulações se concretizem na efetiva implementação.

Conclui-se esta mensagem afirmando que a consolidação das políticas aqui destacadas é condição necessária para o avanço educacional na próxima década, mas, por si só, não será suficiente para produzir um salto consistente na aprendizagem. Esse movimento precisa ser acompanhado de mudanças (ou inovações) mais estruturais em outros elementos centrais do sistema educacional.

14 Fontes: Censo Escolar da Educação Básica, 2024. Portal da Transparência (CGU), 2025. Elaboração: Todos Pela Educação. Nota: Matrículas de Ensino Médio e EJA na rede pública. Para matrículas do Censo Escolar foram consideradas as etapas de ensino contempladas no Pé-de-Meia. Para o cálculo da cobertura do programa para estudantes da EJA, utilizou-se o número total de matrículas do Censo Escolar, sem o recorte de idade utilizado como critério pelo programa.

15 Pesquisa Datafolha com 7.798 estudantes do Ensino Médio, realizada em 2022. Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>.

16 O estudo "Avaliação da Qualidade da Educação Infantil" analisou a qualidade da Educação Infantil em 12 municípios brasileiros de grande porte, a partir de observações em milhares de turmas, utilizando a Eapi (Escala de Avaliação de Ambientes de Aprendizagens dedicados à primeira infância) para medir tanto insumos quanto práticas pedagógicas. Os resultados mostram que, em média, a qualidade é "regular", ou seja, garante apenas o mínimo esperado, com melhores resultados em infraestrutura e maiores fragilidades nas interações e práticas pedagógicas.

3

Avançar sobre o que já existe é apenas parte do caminho. O outro movimento necessário requer mudanças mais profundas nas políticas vigentes e a incorporação de inovações à altura dos desafios contemporâneos.

A consolidação de políticas já estruturadas é um passo necessário, mas não suficiente para que o país produza avanços consistentes na aprendizagem com equidade ao longo da próxima década. Há limites claros em uma agenda baseada exclusivamente na continuidade do que já está em curso, especialmente diante da persistência de desafios estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro.

Nesse contexto, torna-se também necessário avançar em mudanças mais profundas em alguns de seus elementos. Trata-se de temas que, embora muito estratégicos, ainda apresentam políticas incipientes frente à magnitude dos desafios, ou em que persistem lacunas importantes, com ausência de estratégias mais robustas, do desenho à implementação.

Por isso, para além de consolidar o que já está posto, a agenda para o período 2027–2030 precisa enfrentar essas outras questões estruturais, orientando esforços políticos, institucionais, orçamentários e, sobretudo, fortalecendo as condições de implementação, para a construção de respostas mais consistentes e de impacto em maior escala.

EXEMPLOS DE TEMAS COM MAIOR NECESSIDADE DE MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Entre temas que requerem forte componente de ajustes das políticas vigentes, destacamos alguns exemplos em cada eixo da visão sistêmica apresentada anteriormente:

Eixo Ensino e Aprendizagem

POLÍTICAS PEDAGÓGICAS: Há um conjunto de instrumentos sob responsabilidade do governo federal que incidem diretamente sobre a gestão pedagógica de todas as redes de ensino e, por isso, possuem elevado potencial de indução sobre as estratégias e práticas voltadas à promoção das aprendizagens. Mais do que instrumentos isolados, trata-se de um arranjo estruturante (que envolve currículo, materiais didáticos, avaliações e formação de professores) cuja coerência e articulação é decisiva para a efetividade das políticas educacionais. Nesse contexto, cabe ao governo Federal exercer uma liderança clara na coordenação e no alinhamento dessas dimensões, assegurando que operem de forma integrada e orientada à aprendizagem. Diante dos desafios educacionais atuais, será necessário avançar tanto em ajustes estruturais em cada um desses instrumentos, como, principalmente, no fortalecimento da articulação entre eles, assegurando maior coerência pedagógica.

Isso envolve, por exemplo, promover um processo incremental de revisão da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, sem reabrir uma discussão ampla de seus fundamentos. O foco deve estar em ajustes orientados pelas evidências acumuladas em sua implementação, como o melhor equilíbrio entre abrangência e profundidade e o aprimoramento do sequenciamento das aprendizagens em diferentes etapas e áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, a atualização deve incorporar de forma mais consistente as análises feitas e as evidências coletadas desde que a BNCC foi elaborada – como os conteúdos, habilidades e competências essenciais para o processo de alfabetização – e, ainda, temas pouco contemplados, como educação para as relações étnico-raciais, mudanças climáticas e os impactos da inteligência artificial.

Também será importante aprimorar e dar sustentação técnica e orçamentária para o **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**, fortalecendo seu papel de apoio ao trabalho pedagógico em maior articulação com as políticas das redes de ensino. Isso passa por aprimorar os editais, garantindo não apenas o alinhamento das obras à BNCC, mas também elevados padrões de qualidade e uma nova ênfase para apoiar os esforços voltados para a recomposição das aprendizagens (ponto que será aprofundado mais adiante). É preciso, ainda, avançar na discussão sobre uma reformulação mais profunda do programa no sentido das mais recentes evidências sobre elementos essenciais de materiais instrucionais de alta qualidade, a descentralização e maior alinhamento das obras aos currículos estaduais e municipais.

Outro elemento importante é o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**, principal indicador de qualidade da educação brasileira, que também pode ser aprimorado, indo além de consi-

derar as médias de aprendizagem e as taxas de aprovação dos anos em que se tem avaliação nacional. O indicador se consolidou como poderoso indutor de prioridade política e orientação do trabalho das redes, mas ainda opera sob um modelo concebido há duas décadas. Naturalmente, há possibilidades de aprimoramentos.

Por fim, destaca-se o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. O Brasil segue avaliando seus estudantes, em 2026, de forma semelhante à de duas décadas atrás, ficando distante dos avanços que o campo da avaliação teve no período e sem alinhá-lo plenamente à Base Nacional Comum Curricular – que está pautando os currículos de todos os estados e municípios, a formação de professores e os materiais didáticos do PNLD. Pelo seu forte poder de indução, será fundamental reestruturá-lo. Trata-se de uma agenda central para a próxima década, que será aprofundada mais adiante neste documento.

31

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: é hoje um dos pontos mais críticos da agenda educacional brasileira. Ao longo da última década, o país acumulou retrocessos relevantes, com evidências consistentes de deterioração na qualidade da formação inicial docente. Os resultados do Enade revelam fragilidades persistentes nos cursos de licenciatura, ao mesmo tempo em que se observa uma mudança significativa na configuração da oferta, marcada pela expansão acelerada de cursos a distância e pela redução de matrículas em cursos presenciais.

Nos últimos anos, a gestão 2023-2026 do MEC promoveu avanços importantes, como a reformulação dos processos de avaliação, com a criação do **Novo Enade Licenciaturas**, e a atualização normativa que estabelece um mínimo de 50% de carga horária presencial nos cursos de formação de professores. Ainda assim, tais medidas ainda são insuficientes diante da magnitude dos desafios. A próxima década exigirá uma revisão mais profunda e estruturante dessa agenda – tema que, por sua centralidade, exigirá prioridade máxima nos próximos anos e será aprofundado adiante.

Eixo de políticas específicas por ciclo, etapas e modalidades

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: atualmente denominada **Programa Escola das Adolescências**, essa política representa um avanço importante ao conferir centralidade a uma etapa historicamente negligenciada pelas políticas educacionais nacionais.

No entanto, para que produza mudanças mais estruturais nas redes de ensino, será preciso fortalecer seu desenho. Em especial, ampliando de forma significativa sua capacidade de apoio e indução à formulação e ao fortalecimento de políticas próprias das redes para os Anos Finais e conferindo centralidade à ampliação da educação integral em tempo integral – condição para viabilizar uma educação significativa nessa etapa.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO (EPTNM): a oferta da formação técnica e profissional no Ensino Médio ganhou forte impulso nos últimos anos, alavancada pelas mudanças curriculares da etapa promovidas em 2017 – e recentemente atualizadas –, além dos incentivos relevantes

de financiamento, como a dupla matrícula no Fundeb. Esse movimento tende a se intensificar nos próximos anos, com a criação de novas fontes de financiamento no âmbito do **Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag)**, ampliando ainda mais o potencial de expansão da modalidade.

Apesar desses avanços, ainda não há, no âmbito do governo federal, uma estratégia suficientemente estruturada e coerente com a magnitude dos desafios colocados para a EPTNM no país. Nesse contexto, será essencial fortalecer a **Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT)**, aprimorando o papel de apoio, orientação e coordenação do Ministério da Educação, de modo a assegurar que a expansão em curso não apenas cresça em escala, mas se consolide com qualidade.

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: refere-se a uma concepção de educação voltada ao desenvolvimento pleno dos estudantes, tendo a ampliação da jornada como condição para viabilizá-la. Considera-se tempo integral a jornada de, no mínimo, 7 horas diárias, enquanto a grande maioria dos estudantes brasileiros permanece na escola 4 horas por dia no Ensino Fundamental e 5 horas por dia no Ensino Médio – patamar inferior ao de sistemas educacionais mais desenvolvidos.

Apesar de avanços recentes em termos de cobertura, apenas cerca de um quarto dos estudantes da rede pública estão em jornada ampliada na Educação Básica, evidenciando o longo caminho ainda necessário de ser seguido. A atual gestão do Ministério da Educação estruturou o **Programa Escola em Tempo Integral**, política pública de apoio à expansão do tempo integral, mas a agenda perdeu prioridade política e espaço orçamentário, sendo substituída, em grande medida, por uma regra que vincula 4% dos recursos do Fundeb dos estados e municípios à expansão das matrículas em jornada ampliada.

Esse arranjo é insuficiente para induzir uma expansão forte e equitativa do tempo integral e também precisa ser fortalecido para maiores avanços no uso de qualidade do tempo adicional da jornada escolar. Será preciso fortalecer a coordenação nacional, combinando apoio técnico e financeiro de forma mais estruturada, como será aprofundado adiante.

Eixo de impulsionadores da aprendizagem

GESTÃO ESCOLAR: o Brasil apresentou algum avanço nos últimos anos na agenda de gestão escolar, especialmente com a adoção de critérios técnicos para a seleção de diretores. Esse movimento contribui para a profissionalização da liderança escolar ao reduzir indicações políticas e ampliar o uso de processos seletivos qualificados. Ainda assim, os avanços são limitados e insuficientes para o necessário fortalecimento da gestão escolar.

Um passo central é a definição, em âmbito nacional, das competências e atribuições dos diretores, orientando de forma coerente as políticas de seleção, formação e avaliação de gestores escolares das Secretarias de Educação. A aprovação da **Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor)** pelo CNE, em 2021, foi um avanço, mas sua não homologação pelo MEC restringe seu potencial de indução. Para além do referencial, também cabe ao MEC fortalecer seu papel de coordenação e apoio técnico para o desenvolvimento de políticas de gestão escolar em perspectiva sistêmica, especialmente em contextos com maiores desafios de capacidade institucional.

Eixo de viabilizadores de avanço em escala

FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO DAS REDES DE ENSINO: trata-se de um elemento central para a efetividade das políticas educacionais, na medida em que estados e municípios são os responsáveis pela gestão direta das redes e, portanto, os principais formuladores e implementadores das políticas na Educação Básica. Sem o fortalecimento dessas capacidades nos entes subnacionais, dificilmente uma agenda sistêmica conseguirá se traduzir em resultados concretos. Esse desafio é ainda mais relevante em um país marcado pela elevada heterogeneidade das capacidades estatais locais.

Nesse contexto, o papel do governo federal no apoio à melhoria da gestão das redes torna-se fundamental. Nos últimos anos, houve alguns avanços, como iniciativas voltadas ao aprimoramento de diagnósticos e à integração de dados, a exemplo da plataforma **Gestão Presente** e do **Novo Plano de Ações Articuladas (PAR)**. No entanto, esses esforços ainda não se configuram como uma estratégia robusta e sistêmica de fortalecimento das capacidades das redes, frente à magnitude dos desafios existentes.

Eixo de políticas intersetoriais

EDUCAÇÃO RESILIENTE ÀS CRISES CLIMÁTICAS: as mudanças climáticas já impactam de forma direta a Educação Básica, com interrupções recorrentes do calendário escolar, danos à infraestrutura e efeitos negativos sobre a aprendizagem e a permanência dos estudantes. No Brasil, eventos como enchentes, ondas de calor, secas e deslizamentos têm provocado a suspensão de aulas para milhões de estudantes. Diante desse cenário, torna-se necessário incorporar a resiliência climática como dimensão estruturante das políticas educacionais, garantindo não apenas a continuidade das atividades escolares em contextos de crise, mas também a proteção das trajetórias educacionais.

Por sua natureza, trata-se de uma agenda que intrinsecamente demanda articulação entre diversas áreas, como educação, defesa civil, saúde, assistência social e meio ambiente. Avançar nessa direção implica transformar respostas reativas em políticas permanentes, incorporando a resiliência como um componente contínuo da política educacional.

4

Visão sistêmica não significa ausência de prioridades. Quatro temas precisam ganhar centralidade: (i) Políticas Docentes, com foco na Formação Inicial de Professores, (ii) Recomposição das Aprendizagens, (iii) Reestruturação das Avaliações Nacionais de Aprendizagem e (iv) Educação Integral em Tempo Integral.

Como mencionado, uma agenda sistêmica envolve múltiplos esforços simultâneos e articulados. Isso, contudo, não elimina a necessidade de definição clara de prioridades estratégicas. Quanto mais abrangente a agenda, mais importante se torna explicitar prioridades que devem mobilizar energia política, técnica e orçamentária desde o início do ciclo.

Entre as escolhas a serem feitas, o Todos Pela Educação destaca quatro temas que, em sua visão, não podem ficar de fora de uma agenda prioritária do Ministério da Educação. Essa definição se baseia em três critérios interconectados: (i) relevância do tema frente ao contexto atual e os desafios postos; (ii) capacidade de impactar transversalmente e irradiar efeitos sobre diferentes etapas e dimensões da política educacional; e (iii) trajetória pouco promissora nos últimos anos. Os temas são:

I. Políticas docentes, com ênfase na formação inicial de professores

O Brasil ainda não conseguiu consolidar aquilo que caracteriza os sistemas educacionais de alto desempenho no mundo: políticas docentes capazes de atrair estudantes de alto desempenho para a carreira, oferecer uma formação inicial que prepare efetivamente para o exercício da docência e

garantir remuneração e carreiras capazes de desenvolver, valorizar e reter bons professores ao longo do tempo. Nesse sentido, será importante estruturar uma **Estratégia Nacional Docente**, que atue fortemente em múltiplas dimensões para aprimorar as políticas públicas voltadas ao magistério do país. O **Programa Mais Professores para o Brasil**, estruturado pela gestão 2023-2026 do MEC, é um primeiro passo, mas precisa ganhar muito mais robustez.

Nesta Estratégia, é na formação inicial que deve recair a maior prioridade, por se tratar do ponto mais crítico da agenda docente atualmente e por ser o campo em que a União, a partir das suas atribuições, pode dar a contribuição mais decisiva e direta. Os próximos anos exigirão que a União assuma de forma mais clara e ativa seu papel nesse campo, combinando instrumentos de indução, financiamento e regulação.

Entre as frentes prioritárias, será necessário fortalecer e aprimorar o **Pé-de-Meia Licenciaturas**, política voltada a elevar a atratividade da formação docente entre estudantes com bom desempenho acadêmico. Isso implica revisar seus parâmetros para ampliar sua efetividade, com foco especial nas regiões e disciplinas com maior escassez, além de assegurar que os incentivos de fato apoiem também a permanência e a conclusão dos cursos de licenciatura, bem como a entrada desses profissionais nas redes públicas de ensino.

Em paralelo, será fundamental induzir uma mudança mais estrutural na oferta formativa, por meio de uma estratégia nacional de apoio à expansão de cursos presenciais de alta qualidade, abrangendo tanto instituições públicas quanto privadas. O governo federal deve atuar de forma mais ativa no financiamento, monitoramento e na indução da qualidade da formação inicial.

No caso das instituições públicas, será importante ampliar o apoio federal à oferta de cursos de licenciatura de alta qualidade, com financiamento que permita sua expansão e fortalecimento.

E dada a configuração atual da oferta, a superação do desafio da formação inicial passa, de forma incontornável, pelo entendimento de que são necessárias mudanças substantivas no setor privado, responsável por mais de dois terços da formação inicial docente no país. Em um contexto de regulação permissiva, há, no geral, baixa preocupação com a qualidade da oferta. Houve, por exemplo, expansão significativa de cursos a distância, que inviabilizam uma formação adequada para a docência. As matrículas em cursos particulares na modalidade EaD cresceram 142% na última década, ao mesmo tempo em que houve uma retração de 75% da oferta presencial¹⁷.

Para reverter este cenário, será indispensável avançar na avaliação e na regulação dos cursos de formação docente. Isso implica revisar os critérios e indicadores atualmente utilizados para aferir qualidade, tornando-os mais exigentes, e, a partir disso, fortalecer os mecanismos regulatórios, com consequências mais claras e efetivas para cursos de baixo desempenho.

Por fim, uma iniciativa governamental nos moldes de um “ProUni Licenciaturas” pode ser um instrumento relevante, desde que desenhado para priorizar cursos presenciais bem avaliados, com critérios mais exigentes de qualidade e maior direcionamento de recursos.

¹⁷ Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025.

II. Recomposição das aprendizagens

O elevado contingente de estudantes abaixo do nível básico de aprendizagem, aliado às grandes heterogeneidades de desempenho dentro das salas de aula, impõe ao país o desafio de estruturar uma política permanente e articulada de recomposição das aprendizagens. Dados de redes de ensino têm evidenciado que, em uma mesma turma, convivem estudantes em níveis de aprendizagem muito distintos, com defasagens que por vezes chegam a quatro ou cinco anos de escolaridade, o que impõe limites concretos ao trabalho pedagógico e, sobretudo, à materialização do direito à educação das crianças e jovens.

A recomposição das aprendizagens não se restringe a uma agenda conjuntural associada à pandemia. Trata-se de um desafio estrutural da educação brasileira, que foi agravado no período recente e cujos efeitos ainda estão presentes entre os estudantes atualmente matriculados.

Se a meta do novo PNE é zerar o contingente de alunos abaixo do nível básico de aprendizagem, não será possível alcançá-la apenas com esforços dispersos das redes, sobretudo diante da grande diferença de capacidades institucionais entre estados e municípios. Será indispensável uma coordenação nacional consistente, capaz de induzir prioridades, oferecer suporte técnico e assegurar financiamento adequado.

O país deu um passo com a criação do **Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens**. No entanto, a política ainda apresenta baixa maturidade de implementação, tendo recebido limitada prioridade política e orçamentária, o que restringiu significativamente seu alcance.

O foco dessa agenda deve ser apoiar, de forma estruturada e em escala, a criação e o fortalecimento de políticas de recomposição nas redes de ensino, com maior grau de direcionamento nacional. Isso envolve a pactuação de metas claras de redução do percentual de estudantes abaixo do básico, associadas a mecanismos de monitoramento contínuo, e a oferta de instrumentos que apoiem a gestão pedagógica nas redes e escolas. A experiência recente do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada demonstra que é possível estruturar uma governança nacional capaz de articular prioridades, induzir ações nas redes e sustentar a implementação de uma agenda pedagógica com foco em resultados - em especial quando calcada no regime de colaboração entre estados e municípios. Nesse arranjo, a União também deve exercer um papel mais ativo de apoio financeiro com foco nas redes com menores capacidades institucionais e fiscais.

Será fundamental fortalecer, aprimorar e ampliar os instrumentos já existentes nos diferentes eixos da política - currículo, avaliação, mediações pedagógicas, formação e materiais didáticos. No eixo curricular, isso implica oferecer orientações curriculares que favoreçam escolhas pedagógicas orientadas à recomposição de aprendizagens. Em avaliação, expandir e qualificar o uso da **Plataforma de Avaliação e Acompanhamento das Aprendizagens** para as redes que não possuem sistemas próprios de avaliação, apoiando, a partir dos resultados, a definição das ações de recomposição focalizadas nos estudantes que mais precisam. No campo das mediações, é necessário avançar na produção e disseminação de orientações mais concretas sobre estratégias de intervenção, apoiando redes na implementação de ações como tutoria, agrupamentos temporários por nível de aprendizagem e outras formas de ensino direcionado, com intensidade e foco adequados. Em formação, será importante apoiar o desenvolvimento

de capacidades nas redes e nas escolas para as formações adequadas às estratégias de recomposição. Por fim, no eixo de materiais pedagógicos, a criação de uma iniciativa dedicada à oferta de materiais de apoio a serem utilizados nas ações de recomposição, na mesma ênfase que o PNLD tem feito para livros didáticos nas últimas décadas, pode contribuir para que escolas e professores tenham acesso a recursos especificamente voltados a essas estratégias.

Em síntese, trata-se de partir dos avanços já existentes no Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, fortalecendo seus instrumentos e ampliando a articulação entre seus diferentes eixos. Ao mesmo tempo, será necessário estruturar uma governança mais robusta e mecanismos de incentivo que assegurem a prioridade política, técnica e orçamentária compatível com a centralidade dessa agenda para a melhoria da aprendizagem no país.

III. Reestruturação das Avaliações Nacionais de Aprendizagem

O **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** é um dos pilares da educação brasileira. Poucos países, especialmente com a dimensão e a complexidade federativa do Brasil, dispõem de um sistema nacional com esse grau de abrangência e institucionalidade. Trata-se, portanto, de um ativo relevante da política educacional. Ainda assim, sua modernização tornou-se inadiável. Essa agenda deve abarcar, de forma articulada, as avaliações de todas as etapas da Educação Básica – da Educação Infantil ao Ensino Médio, guardadas as devidas especificidades.

Entre as limitações atuais, destaca-se, em primeiro lugar, a ainda insuficiente capacidade do sistema de produzir informações robustas sobre a qualidade da Educação Infantil. Nas demais etapas, persistem desafios relevantes, como a predominância de itens de múltipla escolha e o uso de textos curtos, que restringem a capacidade de aferir competências mais complexas dos estudantes. Além disso, a baixa demanda cognitiva de parte dos itens levanta preocupações quanto à facilidade de se treinar os alunos para a avaliação, isto é, a possibilidade de acertos sem domínio efetivo das habilidades avaliadas. Em contraste, avaliações internacionais vêm incorporando formatos mais diversos e exigentes, que permitem capturar de forma mais abrangente o repertório de competências dos estudantes.

Nesse contexto, a reestruturação do Saeb deve envolver a ampliação dos formatos de itens, o aumento da complexidade cognitiva das avaliações e o alinhamento mais consistente com referenciais internacionais e com as habilidades previstas na BNCC. Também é importante que o sistema avance com as transformações recentes no campo das avaliações educacionais, incorporando progressivamente possibilidades associadas ao uso de tecnologias digitais e, de maneira criteriosa, de ferramentas baseadas em inteligência artificial, com foco em ampliar a qualidade das evidências coletadas e a capacidade analítica do sistema.

Adicionalmente, é fundamental fortalecer o papel do sistema de avaliação nacional, em articulação com os sistemas próprios de avaliações das redes de ensino, como instrumento a serviço da aprendizagem. Isso implica avançar na produção de devolutivas mais ágeis, acompanhadas de orientações pedagógicas que apoiem secretarias e escolas na interpretação dos resultados e na tomada de decisões. Um sistema de avaliação moderno não apenas mede o desempenho dos estudantes, mas

contribui diretamente para qualificar as práticas pedagógicas e orientar a melhoria contínua das redes de ensino – com o foco principal, sempre, na aprendizagem de qualidade para todos os estudantes.

IV. Educação Integral em Tempo Integral

Conforme destacado anteriormente, na visão do Todos Pela Educação, a ampliação da jornada escolar é condição necessária para viabilizar uma concepção de educação integral, voltada ao desenvolvimento pleno dos estudantes. Apesar de avanços recentes, o Brasil segue distante de um patamar compatível com sistemas educacionais mais desenvolvidos.

Diante desse cenário, será necessário retomar e fortalecer uma **política nacional de fomento à expansão da educação integral em tempo integral**, com maior capacidade de indução e foco na equidade, priorizando redes e territórios com menor capacidade fiscal e maiores desafios educacionais.

Um eixo central dessa estratégia é o desenho de mecanismos de financiamento mais estruturados. A expansão da educação integral em tempo integral é uma das mais intensivas em recursos financeiros no âmbito da Educação Básica. Isso inclui, primeiramente, uma necessidade relevante de investimentos, especialmente para construção, ampliação e adequação da infraestrutura escolar. Há também espaço para uma atuação complementar do governo federal por meio da oferta de recursos de custeio por período determinado, com lógica de transição. Esse tipo de apoio permite que as redes implementem a jornada ampliada e, gradualmente, incorporem seus custos aos próprios orçamentos.

No entanto, a ampliação do tempo, por si só, não é suficiente. Há no país diversas iniciativas de extensão da jornada que não necessariamente se traduzem em melhores aprendizagens ou no desenvolvimento integral dos estudantes. Para que a política produza efeitos consistentes, é fundamental que o tempo adicional seja orientado por intencionalidade pedagógica clara, integração curricular e diversificação qualificada das experiências educativas. Em outras palavras: tão importante quanto promover a expansão da jornada é fomentar o uso qualificado do tempo adicional, assegurando que ele se traduza em oportunidades efetivas de aprendizagem e desenvolvimento integral. Trata-se de combinar escala com qualidade, para que a educação integral em tempo integral se consolide como uma política estruturante da educação básica brasileira.

Adicionalmente, será importante alinhar outros instrumentos federais para reforçar a indução da expansão da educação integral em tempo integral. Os **ponderadores do Fundeb e os repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)** podem evoluir para refletir de forma mais adequada o maior custo por aluno associado ao tempo integral, enquanto políticas como o **Pé-de-Meia** podem priorizar, com incentivos adicionais, estudantes matriculados nessa modalidade, com bolsas significativamente maiores para alunos que estudam em jornada ampliada.

5

Projeto sólido no papel é insuficiente. A efetivação da agenda exige recursos ampliados e mais bem geridos, uma nova governança da educação com aprimoramento do papel do MEC e um foco implacável na qualidade da implementação.

A construção de uma agenda sistêmica, consistente e bem articulada, é um primeiro passo fundamental para o avanço educacional do país. Ela organiza prioridades, alinha atores e oferece direção estratégica. No entanto, sua existência, por si só, não garante resultados. A partir dela, a questão central passa a ser sua efetivação: a capacidade de transformar diretrizes e políticas em mudanças concretas nas redes de ensino e, em última instância, nas aprendizagens dos estudantes.

Essa transição do desenho para a prática não ocorre automaticamente. Ela depende de condições institucionais, políticas e operacionais que viabilizem a execução em escala, com qualidade e continuidade. Nesse sentido, três dimensões se destacam como determinantes: (i) a ampliação dos recursos educacionais, acompanhada de uma melhoria consistente na qualidade de sua gestão; (ii) o aprimoramento da governança do sistema educacional, com aprimoramento do papel do Ministério da Educação; e (iii) um foco implacável na qualidade da implementação das políticas.

RECURSOS AMPLIADOS E MAIS BEM GERIDOS

No campo do financiamento, o Brasil avançou de forma relevante nos últimos anos, especialmente com a ampliação do **Fundeb**, que fortaleceu o financiamento das redes públicas e tornou sua distribuição mais equitativa. Com isso, ampliou-se de forma significativa o patamar mínimo de investimento por aluno do país. Ainda assim, o nível de investimento por aluno nas redes brasileiras permanece, em geral, aquém do necessário para assegurar padrões mais elevados de qualidade educacional, especialmente quando comparado a sistemas educacionais mais desenvolvidos. Por isso, é necessária a continuidade de esforços para ampliar progressivamente o volume de recursos destinados à Educação Básica.

Ao mesmo tempo, o país passa por uma transição demográfica que pode abrir uma janela de oportunidade. A redução da população em idade escolar prevista para os próximos anos tende a elevar o gasto por estudante ao longo do tempo. Essa dinâmica, se bem aproveitada, pode contribuir para melhorar as condições de oferta educacional, sendo mais um vetor de ampliação do investimento por aluno.

Esse cenário, no entanto, não está garantido. O contexto é de forte restrição fiscal e de pressão crescente sobre os pisos constitucionais de investimento em educação – que têm sido objeto de questionamentos no debate fiscal. Esses pisos cumprem um papel central ao assegurar um nível mínimo de investimento público em educação. Sua eventual flexibilização tende a abrir espaço para reduções significativas do gasto educacional, com impactos diretos sobre a capacidade de financiamento das redes de ensino. O Ministério da Educação, portanto, deverá exercer um papel estratégico de articulação institucional, especialmente junto à Presidência da República, ao Ministério da Fazenda e ao Congresso Nacional, em defesa da preservação dessas bases de financiamento.

Nesse contexto, o papel do Legislativo é central não apenas na definição do arcabouço legal, mas também na alocação concreta dos recursos públicos, orientando o orçamento para aquilo que de fato impacta a melhoria da educação, evitando dispersões e fragmentações. Destaca-se, ainda, a relevância das emendas parlamentares, que hoje representam um volume expressivo de recursos destinados diretamente a estados e municípios. Levantamento do Todos Pela Educação mostra que, em 2024, apenas 3,3% dos recursos alocados via emendas parlamentares foram direcionados à educação, o que indica uma oportunidade de maior priorização do setor. Diante de um cenário em que bilhões de reais são alocados anualmente por meio dessas emendas, torna-se necessário rediscutir o peso da educação nessa distribuição, inclusive considerando a possibilidade de estabelecer um percentual mínimo obrigatório, à semelhança do que já ocorre na saúde, de modo a garantir maior alinhamento com as prioridades do país.

E tão importante quanto ampliar os recursos é assegurar seu uso mais eficiente. Trata-se de uma agenda compartilhada entre União, estados e municípios, que exige avanços na qualidade do gasto público em educação em todas as esferas. No contexto atual, eficiência e ampliação de recursos são dimensões cada vez mais indissociáveis: sem evidências consistentes de que os recursos disponíveis são bem utilizados e geram resultados, tende a se tornar mais difícil sustentar politicamente a ampliação do financiamento educacional. Do ponto de vista da União, há espaço relevante para aprimorar os mecanismos de transferência e execução de recursos federais, simplificando processos, reduzindo entraves burocráticos e garantindo maior previsibilidade no fluxo de recursos. Ao mesmo tempo, é

fundamental ampliar o apoio técnico às secretarias de educação, com foco no fortalecimento de suas capacidades de planejamento, gestão financeira e execução. O desenvolvimento dessas capacidades locais é condição indispensável para que os recursos disponíveis se convertam, de fato, em melhores condições de ensino e aprendizagem.

NOVA GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO COM APRIMORAMENTO DO PAPEL DO MEC

41

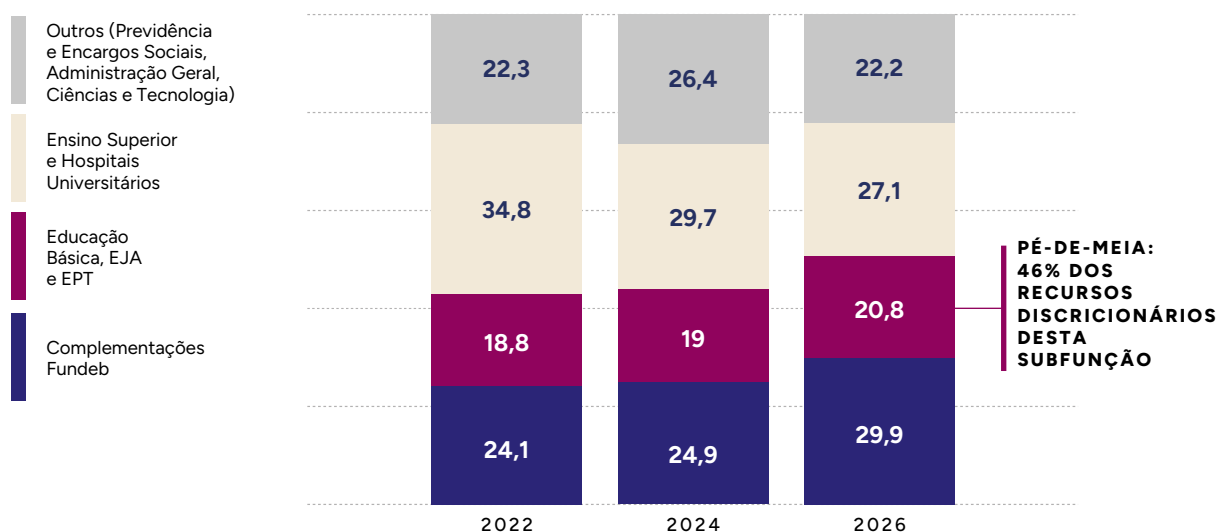
No campo da governança, a implementação do **Sistema Nacional de Educação (SNE)** representa uma oportunidade central para reorganizar o funcionamento do sistema educacional brasileiro. O SNE, tornado lei em 2025, pode fortalecer a articulação entre União, estados e municípios nas políticas educacionais, reduzir sobreposições, preencher lacunas e conferir maior clareza à divisão de responsabilidades na oferta educacional. Para que esse potencial se concretize, será fundamental definir, já nos primeiros anos, uma agenda de poucos temas prioritários e centrais para o funcionamento do sistema, capaz de gerar resultados concretos desde o início de sua implementação. Temas como a organização da oferta educacional – a exemplo da distribuição de matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental entre estados e municípios – ilustram o tipo de pactuação que pode ser estruturada no âmbito das instâncias interfederativas, com papel central do MEC como indutor e coordenador desse processo. A implementação da **Infraestrutura Nacional de Dados da Educação (Inde)**, que visa a integração e compartilhamento de dados educacionais entre sistemas de ensino, também será muito importante de ser feita nos próximos anos.

Esse movimento de implementação do SNE se insere em um contexto institucional, político e fiscal significativamente distinto do observado em períodos anteriores, que impacta o papel do Ministério da Educação nesta nova governança. Entre as principais mudanças, está o papel do Congresso Nacional que ampliou seu protagonismo orçamentário, especialmente por meio das emendas parlamentares, enquanto o Poder Executivo passou a operar em um ambiente de maior restrição fiscal.

Do ponto de vista federativo da Educação Básica, a ampliação do Fundeb, por um lado, fortaleceu o financiamento das redes públicas, reduzindo sua dependência de recursos livres da União. Ao mesmo tempo, elevou a participação da Educação Básica no orçamento do MEC, conforme aponta o gráfico 4.

GRÁFICO 4: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO ORÇAMENTO DO MEC POR SUBFUNÇÃO (EM %)

Fonte: SIOP/MPO (Painel do Orçamento)



Esse movimento, no entanto, vem acompanhado de um aumento relevante da rigidez do orçamento do Ministério da Educação, uma vez que grande parte desses recursos possui caráter obrigatório (cerca de 82% em 2026). Para além disso, no âmbito da Educação Básica — que representa 20,8% do total do orçamento do MEC — uma parcela crescente dos recursos tem sido direcionada a um programa específico, reduzindo ainda mais a flexibilidade orçamentária¹⁸. Em 2026, o Programa Pé-de-Meia responde por 46% das despesas discricionárias para a Educação Básica do MEC (aproximadamente R\$11,5 bilhões), movimento intensificado após sua incorporação ao orçamento da pasta por determinação do Tribunal de Contas da União.

Nesse contexto, a elevada concentração de recursos em um único programa tem reduzido o espaço orçamentário para outras políticas estruturantes já em implementação – como o Programa Escola em Tempo Integral, que teve seu orçamento zerado; o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que registrou redução orçamentária recente; e o PNLD, que tem enfrentado dificuldades para viabilizar a aquisição integral das obras previstas – além de limitar a capacidade de financiamento de novas políticas que vêm sendo lançadas recentemente, como o Conaquei¹⁹. Em 2025, houve tentativa de inclusão dos recursos do programa no piso constitucional da educação, que vincula 25% das receitas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), o que pressionaria ainda mais outros gastos do MEC. Embora a medida provisória que previa essa inclusão não tenha sido aprovada pelo Congresso Nacional, a iniciativa evidencia as pressões adicionais que o desenho do programa impõe sobre o financiamento educacional.

18 SIOP/MPO (Painel do Orçamento).

19 Fonte: SIOP/MPO (Painel do Orçamento) e Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026.

Nesse novo cenário, o Ministério da Educação já não dispõe do mesmo espaço de indução financeira que teve em períodos anteriores. Isso exige uma redefinição de sua atuação na Educação Básica, com maior foco em funções estratégicas de coordenação, indução, articulação e apoio técnico ao sistema educacional.

Nesse arranjo, o MEC deve trabalhar ainda mais para evitar a lógica de multiplicação de programas temáticos pouco articulados entre si ou que sobreponham medidas que deveriam ser executadas no nível das redes. Historicamente, essas medidas têm resultado em iniciativas dispersas, com baixa articulação com as redes de ensino e de baixo impacto sistêmico. Além disso, a ampliação do uso de instrumentos de execução direta nas escolas – especialmente por meio do **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** – deve ser objeto de revisão. O programa pode cumprir papel relevante para as redes que não possuem mecanismos semelhantes. No entanto, acaba sobreposto a instrumento semelhante de muitas Secretarias e sua utilização crescente como canal para a implementação de programas temáticos do MEC tende a desviar sua função original e a contribuir para a fragmentação das políticas.

Por fim, para que o Ministério da Educação consiga desempenhar de forma efetiva as funções aqui delineadas, que são amplas e complexas, torna-se necessário enfrentar um desafio estrutural relacionado à centralidade da Educação Básica na agenda da pasta. Dada a responsabilidade do MEC sobre a rede federal de Ensino Superior e os Institutos Federais, parcela significativa da agenda das lideranças do Ministério acaba sendo absorvida por essas frentes, o que limita o tempo, a atenção e a capacidade institucional dedicados à Educação Básica, apesar da magnitude de seus desafios. Nesse contexto, ganha relevância o debate sobre formas de fortalecer a centralidade da Educação Básica no âmbito do Ministério, de modo a assegurar maior foco, prioridade e capacidade de coordenação para o enfrentamento de seus desafios estruturais.

FOCO IMPLACÁVEL NA QUALIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO

Por fim, nenhuma dessas condições será suficiente sem um foco implacável na qualidade da implementação das políticas educacionais. É nesse nível que a política deixa o plano das intenções e se traduz – ou não – em práticas que impactam o cotidiano das escolas. No Brasil, a distância entre o que se formula e o que efetivamente se realiza nas redes de ensino permanece um dos principais pontos críticos da política educacional.

A materialização de uma agenda sistêmica exigirá repensar radicalmente a forma como a implementação da política pública educacional é executada nas redes de ensino de todo o país. Sem uma transformação profunda na capacidade do poder público brasileiro de implementar políticas públicas, mesmo as melhores formulações continuarão restritas ao papel, distantes da realidade das escolas e dos estudantes.

Essa dimensão ainda é frequentemente secundarizada tanto no cotidiano de muitas redes de ensino quanto no próprio debate especializado. Nesse contexto, o papel do MEC é determinante para assegurar a prioridade política e técnica que o tema requer, mobilizando e orientando a atuação dos agentes públicos nas diferentes esferas federativas.

Um passo adicional consiste no aprofundamento dos mecanismos de monitoramento da implementação das políticas nacionais pelo MEC. Embora haja avanços recentes nessa direção, ainda são poucas as políticas que contam, de fato, com acompanhamento sistemático por parte do Ministério e, mesmo nesses casos, o foco permanece concentrado na verificação da execução financeira e no cumprimento formal de etapas. É necessário avançar para um modelo de monitoramento que avalie de forma rigorosa a qualidade da implementação e o grau de aderência das políticas nos contextos estaduais e municipais, onde os resultados efetivamente se concretizam. Um acompanhamento dessa natureza deve permitir a identificação de gargalos, entraves e desvios de rota, produzir evidências qualificadas para ajustes tempestivos e fomentar a sistematização de boas práticas, fortalecendo continuamente a efetividade das políticas públicas.

Além disso, a necessária revolução na implementação exige um investimento robusto da União no desenvolvimento das capacidades institucionais dos sistemas educacionais. Isso implica tanto incorporar estratégias de fortalecimento institucional ao próprio desenho e à execução de políticas nacionais quanto promover ações estruturantes, de caráter vertical e transversal, como o apoio e a indução à profissionalização dos quadros técnicos das secretarias de Educação.

Por fim, é fundamental ativar de maneira mais ampla o ecossistema educacional, fortalecendo suas capacidades e estimulando iniciativas voltadas à produção de conhecimento sobre implementação. O fomento do MEC à criação de centros especializados vinculados às universidades, ainda hoje escassos, e ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas constitui um caminho estratégico para impulsionar essa agenda. A experiência do campo da avaliação educacional oferece um paralelo relevante: o investimento realizado pelo MEC, na década de 1990, para fomentar o surgimento de centros especializados foi decisivo para conferir tração, densidade técnica e legitimidade pública ao tema ao longo do tempo, podendo servir como parâmetro para uma estratégia semelhante no campo da implementação.

Em síntese, o sucesso da agenda educacional da próxima década dependerá menos da multiplicação de novas políticas e mais da capacidade do país de implementá-las com qualidade, consistência, continuidade e escala nas redes de ensino.

O sucesso da agenda educacional da próxima década dependerá menos da multiplicação de novas políticas e mais da capacidade do país de implementá-las com qualidade, consistência, continuidade e escala.

PARTE 4

Considerações finais

45

Como argumentado neste documento, o período de gestão entre 2027 e 2030 representa uma oportunidade ímpar para definir o rumo da Educação Básica na próxima década. As escolhas realizadas no próximo mandato terão efeitos centrais sobre as possibilidades de cumprimento das metas do novo Plano Nacional de Educação.

A ambição do país precisa ser compatível com a magnitude do desafio. Diferentemente de outros períodos, o Brasil reúne hoje as condições necessárias para promover o tão necessário salto na qualidade de sua Educação Básica. Esse movimento, inclusive, pode posicionar o país como uma referência global entre nações de grande escala, de renda média e marcadas por elevada diversidade e desigualdade. Trata-se de um avanço ainda mais necessário em um mundo cada vez mais complexo, imprevisível e marcado por rápidas transformações.

O grande desafio da educação brasileira segue sendo o mesmo da década anterior: o da aprendizagem. Ainda há um contingente expressivo de estudantes em níveis críticos, em um cenário atravessado por desigualdades históricas que seguem marcando de forma profunda as trajetórias educacionais. Como defendido ao longo deste documento, a superação desse desafio exige uma agenda sistêmica e articulada, com implementação efetiva, sustentada ao longo do tempo, que combine a continuidade qualificada de políticas já estruturadas com mudanças mais profundas em dimensões centrais do sistema educacional.

O Brasil já provou que consegue avançar na educação. O desafio agora é dar um salto de qualidade em um novo patamar de exigência e complexidade. Não será simples. Mas é plenamente possível – e inadiável. Educação Já!

Embora esse desafio seja complexo, ele não é inédito na trajetória recente da educação brasileira. Há precedentes relevantes em que o país conseguiu combinar continuidade e modernização de políticas ao longo do tempo, inclusive atravessando mudanças de governo, como nos ciclos de 1995 a 2002

e de 2005 a 2012. Nesses períodos, consolidou-se um núcleo relativamente estável de políticas estruturais, que foram sendo progressivamente aprimoradas e expandidas. Foi justamente essa combinação entre direção clara, continuidade institucional e modernização incremental que permitiu avanços expressivos nos indicadores educacionais, com destaque para o crescimento da aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental ao longo da primeira década dos anos 2000.

Ainda que os contextos sejam distintos, essa trajetória oferece uma referência importante. Ao mesmo tempo, diferentemente daquele período, em que políticas mais estruturais tiveram papel predominante, especialmente nas áreas de financiamento e avaliação, grande parte das agendas hoje necessárias depende diretamente da capacidade de implementação com qualidade, consistência e escala no cotidiano das redes de ensino e das escolas. É um processo que se concretiza na prática diária e que é conduzido, essencialmente, pelas pessoas que fazem a educação acontecer.

Professores, gestores escolares, equipes técnicas das secretarias e demais profissionais da educação são os agentes que transformam as diretrizes em práticas concretas. Isso torna o desafio mais complexo, mas também mais claro. Nesse sentido, a escolha do novo ministro ou da ministra da Educação, assim como dos secretários da pasta, deve considerar de forma criteriosa a experiência e o conhecimento em gestão pública. Em um momento em que a inteligência artificial ganha cada vez mais espaço, o avanço da educação passa, de forma paradoxal, pelo fortalecimento da dimensão humana do sistema educacional.

EXPEDIENTE

Todos Pela Educação

LIDERANÇA EXECUTIVA

Priscila Cruz

PRESIDENTE-EXECUTIVA

Olavo Nogueira Filho

DIRETOR-EXECUTIVO

Gabriel Corrêa

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Talita Nascimento

DIRETORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Flávia Lisboa Porto

DIRETORA DE GENTE E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PRODUÇÃO TÉCNICA

Olavo Nogueira Filho

DIRETOR-EXECUTIVO

Gabriel Corrêa

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ivan Gontijo

GERENTE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Bernardo Baião

COORDENADOR DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

PRODUÇÃO EDITORIAL

Pricilla Kesley

GERENTE DE COMUNICAÇÃO | INSTITUCIONAL

Naiara Albuquerque

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO | ADVOCACY

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Datadot Estúdio

FLÁVIA MARINHO

OTÁVIO BURIN

QUINTINO ANDRADE

APOIO TÉCNICO

Bárbara Born

GERENTE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Luana Smeets

GERENTE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Manoela Miranda








GERENTE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Alice Andrés Ribeiro

LÍDER DE COALIZÕES

Equipe do Todos Pela Educação



-  todospelaeducacao.org.br
-  [@todospelaeducacao](https://www.instagram.com/todospelaeducacao)
-  [/company/todospelaeducacao](https://www.linkedin.com/company/todospelaeducacao)
-  [/user.todospelaeducacao](https://www.youtube.com/user/todospelaeducacao)
-  [@todoseducacao](https://twitter.com/todoseducacao)
-  [/todoseducacao](https://www.facebook.com/todoseducacao)
-  Todos Pela Educação